

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Ana Paula de Souza Silva

**TIA EU NÃO SOU NEGRO!
COMO PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS LIDA COM O RACISMO NA SALA
DE AULA DE UMA ESCOLA DE VALPARAÍSO DE GOIÁS**

Brasília - DF

2016

Ana Paula de Souza Silva

TIA EU NÃO SOU NEGRO!
COMO O(a) PROFESSOR(a) DOS ANOS INICIAIS LIDA COM O RACISMO NA
SALA DE AULA DE UMA ESCOLA DE VALPARAÍSO DE GOIÁS

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia sob a orientação do professor Ms. Antônio Fávero Sobrinho.

Brasília - DF

2016

SILVA, Ana Paula de Souza. Tia eu não sou negro! Como o professor dos anos iniciais lida com o racismo na sala de aula de uma escola de Valparaíso de Goiás./ Ana Paula de Souza Silva. Brasília, 2016, p. 80.

Orientador: Prof. Ms. Antônio Fávero Sobrinho
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em
Pedagogia) Universidade de Brasília (UnB).

1. Racismo. 2. Negros. 3. Escola. 4. Sala de aula. 5.
Professor.

Ana Paula de Souza Silva

**TIA EU NÃO SOU NEGRO! COMO O(a) PROFESSOR(a) DOS ANOS INICIAIS
LIDA COM O RACISMO NA SALA DE AULA DE UMA ESCOLA DE VALPARAÍSO
DE GOIÁS**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação do Professor Ms. Antônio Fávero Sobrinho

Aprovado em: 22 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Ms.ANTONIO FÁVERO SOBRINHO (Orientador)

Universidade de Brasília

Dra.CRISTIANE DE ASSIS PORTELA

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Dra.VALÉRIA NELLY CÉSAR DE CARVALHO

Professora Pesquisadora

Brasília, 2016.

Dedico esse trabalho a meu Divino Pai Eterno, pela força. A meu querido Jesus, meu guia, a Nossa Senhora Aparecida, minha protetora. E meus queridos pais, Nilton e Maria Luiza, pela dedicação, apoio e compreensão durante minha trajetória acadêmica e por toda minha vida.

“A discriminação dos negros está presente em cada momento das suas vidas para lembrá-los que a inferioridade é uma mentira que só aceita como verdadeira a sociedade que os domina.”

(Martin Luther King)

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele não sou nada. A minha mãe Nossa Senhora Aparecida, pelas bênçãos em minha vida e meu querido Jesus, que me guiou por ruas escuras e estradas desertas, não deixando que nenhum mal acontecesse comigo.

À minha família, pelo apoio, por acreditar em mim, quando nem eu mesmo acreditava. Por sua palavra amiga nos momentos difíceis dessa caminhada, sempre me incentivando. Em especial aos meus pais, com seu amor e carinho, com sua tão necessária ajuda, que me mostraram que a queda não foi feita para deixarmos no chão, mas para que possamos levantar e continuar caminhando, cada vez mais fortes.

Aos amigos que ganhei, companheiros de curso, que acreditaram em mim e me ajudaram quando mais precisava. Para cada pessoa que cruzou meu caminho durante esses anos, deixando seu apoio e contribuição. Aos professores, por compartilhar um pouco de seu conhecimento. Em especial a professora Dr.^a Edileuza Fernandes da Silva, por seus tão valiosos conselhos, que contribuiu muito nesse trabalho.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Antônio Fávero Sobrinho, que acreditou no meu trabalho, sempre atencioso, um obrigado especial.

E agradecer a Universidade de Brasília, por proporcionar a chance de realizar meu sonho, de ser professora. Sem essa oportunidade dificilmente poderia ingressar em um curso superior, e meu sonho continuaria um sonho.

RESUMO

O presente trabalho procura analisar como o professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental lida com o racismo. Articulando o referencial teórico e os dados coletados, a pesquisa tenta responder a pergunta inicial através da definição de conceitos sobre raça, racismo, discriminação racial e preconceito. Faz um breve histórico sobre a origem do racismo. Trata também o racismo no Brasil e sua relação com a educação, faz referência à Lei 10.639/03 e sua importância para a educação, aborda o racismo no contexto escolar e dentro da sala de aula. Para alcançar os objetivos foi utilizada uma pesquisa qualitativa, utilizando para a coleta de dados observação participante, o estudo de caso e análise dos desenhos das crianças para verificar a percepção deles sobre o negro. Também foi feita uma entrevista semi estruturada com a professora regente da turma do terceiro ano do Ensino Fundamental acerca do racismo na sala de aula. A pesquisa trouxe contribuições importantes para entender que o racismo faz parte do cotidiano escolar, que o despreparo do professor em lidar com a diversidade carece da necessidade de formação continuada relacionadas às questões étnico-raciais e também a cor da pele ainda é um fator preponderante para segregar os que são considerados negros.

Palavras chave: Racismo; Preconceito Racial; Negros; Escola; Sala de aula; Professor.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze as the teacher of the early years of elementary school deals with racism. Articulating the theoretical framework and the data collected, research attempts to answer the original question by defining concepts about race, racism, racial discrimination and prejudice. Make a brief history about the origin of racism. This is racism in Brazil and its relationship to education, references to the law 10,639/03 and its importance to the education, discusses racism in the school context and inside the classroom. To achieve the goals it was used a qualitative research using data collection participant observation, case study and analysis of children's drawings to verify their perception on the black. Was also made a semi structured interview with Professor Regent from third year of primary education about racism in the classroom. The survey brought important contributions to understand that racism is part of everyday life at school, that teacher preparation in dealing with the diverse needs of the need for continuing education related to ethnic and racial issues and also the skin color is still a predominant factor to segregate those who are considered black.

Key words: Racism; Racial Prejudice; Black people; School; The classroom; Teacher.

LISTA DE ABREVIATURAS

CIA	Ciclo Inicial de Alfabetização
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FPSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Faixa Etária dos Alunos.....	47
Gráfico 2 – Gênero/Alunos.....	47
Gráfico 3 – Características Étnico-raciais dos alunos.....	53

LISTA DE FIGURAS

Desenho 1 – Aluno N1.....	54
Desenho 2 – Aluna P1.....	55
Desenho 3 – Aluna N2.....	55
Desenho 4 – Aluna M4.....	55
Desenho 5 – Aluno B2.....	56
Desenho 6 – Aluno Mm3.....	56
Desenho 7- Aluno M5.....	57
Desenho 8 - Aluna M3.....	62
Desenho 9 – Aluno B3.....	62
Desenho 10 – Aluna M2.....	62
Desenho 11 – Aluna B1.....	63
Desenho 12 – Aluna M4.....	63
Desenho 13 – Aluna P1.....	63
Desenho 14 – Aluno M5.....	64
Desenho 15 – Aluno Mm3.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Pontos Positivos.....	60
Quadro 2 – Pontos Negativos.....	61

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
PARTE I	
MEMORIAL EDUCATIVO.....	17
PARTE II	
INTRODUÇÃO.....	24
CAPÍTULO I	
1. RACISMO: COMPREENDER PARA COMBATER.....	27
1.1. Raça, racismo, preconceito e discriminação – Definindo conceitos.....	27
CAPÍTULO II	
2. RACISMO NO BRASIL.....	37
2.1. Legislação e Políticas Públicas.....	37
2.2. Importância da Lei 10.639/03 para a Educação.....	39
2.3. Brasil: um país racista?.....	40
2.4. Racismo no contexto escolar.....	41
2.5. Racismo na sala de aula: e agora professor?.....	42
CAPÍTULO III	
PERCURSO METODOLÓGICO.....	44
3.1. Metodologia de pesquisa.....	44
3.2. Sujeitos e local da pesquisa: conhecendo a realidade.....	44
3.3. Participantes.....	46
3.4. Procedimentos para coleta de dados.....	48
3.5. Instrumentos.....	49
3.6. Etapas da pesquisa.....	50
CAPÍTULO IV	
ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS COLETADOS.....	50
4. Categorias de Análise.....	51
4.1. Sala de aula: eu e o outro.....	51

4.2.	Qual a sua cor? Sei lá tia!.....	53
4.3.	Qual o lápis da cor do negro?.....	57
4.4.	Tia eu não sou negra!.....	58
4.5.	Negro não pode ter cabelo liso.....	59
4.6.	Não sei lidar com isso.....	65

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
----------------------------------	-----------

PARTE III

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	77
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	78

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, de caráter obrigatório, apresentado como exigência parcial para obtenção do título de licenciado em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, está organizado em três partes.

A primeira parte refere-se ao memorial educativo, constituído por fatos relevantes da minha vida escolar e minha trajetória acadêmica, que foram fundamentais para o direcionamento da escolha do tema.

A segunda parte está dividida em cinco capítulos, sendo que o primeiro e o segundo capítulos constituem o referencial teórico, no qual se definem conceitos como racismo, raça, discriminação e preconceito. Aborda também questões relativas ao racismo no Brasil, às recentes leis e políticas públicas destinadas em propor ações afirmativas visando combater a discriminação racial no contexto escolar. O terceiro capítulo corresponde à pesquisa propriamente dita, contextualizando-se a realidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa e a concepção metodológica da pesquisa. No quarto capítulo desenvolve-se a análise e a discussão dos dados coletados e, por fim, no quinto capítulo apresentam-se as considerações finais pertinentes à temática.

A terceira parte corresponde à perspectiva profissional, abordando as minhas inquietações e perspectivas para atuação no campo da educação, revelando minhas aspirações para continuar com a pesquisa na área das relações étnico-raciais na sala de aula. E o trabalho é finalizado com as referências e apêndice.

PARTE I

MEMORIAL EDUCATIVO

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

Paulo Freire

Sou a terceira filha de sete irmãos, e, costumo dizer que sou o equilíbrio entre meus irmãos, uma balança. Nasci em Luziânia, no Estado de Goiás, mas confesso que tenho alma brasiliense, pois passei a maior parte da minha infância em Brasília.

Minha trajetória escolar até a antiga 4º série ocorreu sem muitos problemas. Fui alfabetizada logo cedo no pré-escolar, que hoje corresponde ao 1º ano. Gostava muito de minha escola, situada na Asa Sul, em Brasília e foi lá que fiz muitos amigos. Lembro-me de todos os professores, eles eram maravilhosos.

Porém, logo cedo conheci o terrível preconceito. Como eu e minha família morávamos na Embaixada do Irã, nos tornamos muçulmanos, e, como era da tradição dessa religião, as mulheres, a partir dos nove anos de idade tinham que usar um lenço para cobrir os cabelos. Eu mesmo não cheguei a usá-la, mas minha irmã mais velha usou e eu via como ela sofria com as brincadeiras de seus colegas, com os insultos e apelidos, tais como o de “freira”, “estranha”, e, por fim, tiravam-lhe o lenço de sua cabeça. Para evitar esses insultos, minha irmã, antes de chegar à escola, tirava o lenço.

Até que um dia as brincadeiras ficaram tão constantes que meus pais tiveram que mudá-la de escola, pois ficou muito difícil estudar nessas condições. A escola que deveria ser um lugar de respeito e amizade tornou-se um pesadelo para ela.

Quando, por motivos pessoais tivemos que mudar de Brasília, e fomos morar no interior de Goiás, minha vida e de meus irmãos nunca mais seria a mesma. A cidade era pequena, tinha apenas uma escola onde comecei a estudar. Por incrível que pareça, o preconceito continuou me perseguindo, pois os alunos me tratavam com desprezo, por achar que nós, meus irmãos e eu, não fazíamos parte daquela cidade. Por essas razões, odiava aquela escola, os professores eram apáticos, os alunos faziam questão de nos excluir. Foi um alívio quando mudamos, mas não consegui completar a 5º série.

Já em outra cidade, também no interior de Goiás, embora a escola fosse maior, os alunos mais uma vez me discriminavam. Sofri muito com as risadas pelas minhas costas e nunca era chamada para as brincadeiras. Sempre fui educada e respeitosa com todas as

pessoas, mas aquele novo mundo eu não conhecia, e, até então, achava que as diferenças eram apenas para nos unir não para separar.

Mas uma vez tivemos que mudar de residência e, dessa vez, eu e meus irmãos abandonamos a escola de vez por dois longos anos. Até hoje penso como seria se nunca tivesse parado de estudar. Quando retornamos ao Distrito Federal, mais precisamente para a cidade de Santa Maria, comecei a estudar na cidade do Gama e mais uma vez o temível preconceito aparece, só que dessa vez era diferente. Nas vezes anteriores, os alunos me discriminavam por achar que eu e meus irmãos não fazíamos parte daquela cidade, mas dessa vez tinha razões de natureza social, pois eles nos viam como “pobres”, pois não usávamos as mesmas roupas que meus colegas. Lembro que minha mochila e de meus irmãos havia sido confeccionada por nossa mãe, aproveitando uma calça jeans usada. Elas eram lindas, mas meus colegas riam dela. Ser pobre para eles era um defeito.

As humilhações também ocorriam na sala de aula eu cansei de ouvir insultos dos colegas e risadas. Ficava calada, não sabia o que fazer. Nessas situações, o professor não fazia nada, ou então, fazia questão de demonstrar o quanto eu era de uma condição mais humilde.

Com o passar do tempo percebi que não adiantava ficar calada no meu canto, então comecei a estudar muito. Como não tinha livros, aproveitava o meu intervalo das aulas para copiar a matéria e, com isso, comecei a me destacar na sala, tirando notas altas e passei a ser considerada uma aluna “CDF”, inteligente.

Os meus colegas começaram a me “enxergar” e passei, desde então, a fazer parte da turma, embora soubesse que eles só queriam o meu auxílio nos trabalhos. A minha saída dessa situação pode ser que não tenha sido a melhor, mas, quando não se tem saída, o remédio é improvisar.

O tempo foi passando e com muita dificuldade terminei o 1º Grau que hoje corresponde ao Ensino Fundamental. No 2º Grau as dificuldades se tornaram maiores, pois não tinha livros e, como eram muitas disciplinas, mesmo estudando no intervalo, ficava cada vez mais difícil manter-me na escola.

Mesmo com todas essas dificuldades terminei o 1º ano. Mas quando chegou o 2º ano, tive de parar de estudar para trabalhar. Foi difícil abandonar os estudos, tinha planos para o futuro, almejava entrar na universidade e ser professora. Mas, no momento trabalhar parecia à melhor solução. Mesmo sem tempo, por várias vezes, tentei voltar a estudar, mas, como estava tão cansada da jornada dura de trabalho, mal conseguia manter-me acordada. Desisti uma, duas, três vezes, pois sempre o cansaço me dominava.

E o tempo foi passando, passando, e o sonho de cursar uma faculdade ficava cada vez mais longe. Até que um dia me inscrevi no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e comecei a estudar. Ganhei uma apostila e estudei em livros velhos. Sabia que era difícil passar, pois já fazia muitos anos que não estudava e a vergonha de voltar a estudar depois de tanto tempo, me dava arrepio.

E em 2012 tive uma notícia que mudou totalmente o rumo de minha vida: obtive uma boa nota no ENEM, fato esse que serviu para a conclusão do Ensino Médio e me garantiu uma vaga remanescente na UnB por meio das cotas sociais e raciais. Cotas sociais por que sempre estudei em escola pública e cotas raciais por que eu me declaro parda. Meu sonho estava se realizando e eu era a primeira, entre meus irmãos, que entrava na faculdade.

Quando entrei pela primeira vez na UnB, fiquei espantada, pois ela era maior do que imaginava, tudo parecia algo inalcançável. Para entrar na UnB, optei pelas cotas, mas, mal sabia que essa minha escolha iria me trazer infortúnios futuros.

Comecei a estudar no primeiro semestre de 2013 e, logo no primeiro dia me perdi e foi um sufoco achar o prédio da FE (Faculdade de Educação). Foi ali que conheci as pessoas mais maravilhosas que passaram em minha vida, meus colegas de curso, nos tornamos companheiros, amigos e irmãos, sempre me lembrarei deles com carinho.

Tive muitas dificuldades para estudar, morava longe, não tinha dinheiro, pois ou estudava ou trabalhava e não poderia perder essa oportunidade de cursar uma faculdade. Tive muitos espinhos em meu caminho, pensei em desistir várias vezes, mas o que me dava ânimo para continuar era o sonho de ser professora.

Entre na UnB no momento mais crítico sobre a discussão sobre cotas raciais e como era cotista isso me “atingiu em cheio”. As discussões diziam respeito às condições desses alunos cotistas, sua origem social, e, mais uma vez deparei com o preconceito e dessa vez em um lugar que achava que todas as ideias eram aceitas e que o preconceito fora deixado para trás. Ledo engano, as pessoas trazem de casa, da escola, o preconceito enraizado. Em uma aula de Investigação Filosófica na Educação, no meu primeiro semestre na UnB, percebi como o preconceito era latente nas pessoas, e eu, como cotista, ouvi várias vezes que o nível da UnB iria cair e quem havia entrado através das cotas tinha um nível sócio econômico e cultural inferior. Esse fato me deixava irritada e indignada e tudo isso aumentava ainda mais a minha vontade de entender as razões dessas atitudes tão ignorantes.

Por não entender como as pessoas agiam assim, comecei a trilhar o caminho sobre o preconceito, escolhendo várias disciplinas no Departamento de Sociologia, onde cursei Introdução à Sociologia, por meio da qual entrei em contato com as ideias de Marx e

Florestan Fernandes. Esses e outros autores me permitiram compreender como temos uma visão do mundo a partir de uma visão eurocentrista. A sociologia me fez ver novos horizontes que me permitiram descobrir e buscar as causas dos preconceitos, sobretudo contra os negros. Embora muitos digam que não é racista, como explicar muitas atitudes racistas entre alunos e professores.

No decorrer dos semestres seguintes cursei disciplinas que me permitiram vislumbrar novos horizontes e que me fizeram perceber o quanto o preconceito e principalmente o racismo, é uma questão social e que a educação é a chave para combater esse mal.

Na Faculdade de Educação cursei várias disciplinas que me auxiliaram na tomada de decisão para fazer minha pesquisa. Logo no início do meu curso, a disciplina de Antropologia da Educação foi muito importante para meu processo de aprendizagem, ao permitir conhecer vários povos, suas culturas e a importância da educação para difundir a cultura. Autores, dentre eles Roque de Barros Laraia, abordavam a questão do etnocentrismo, fenômeno por meio do qual uma sociedade se considera como o centro da humanidade.

Apreendi também sobre a diversidade das culturas e a importância em respeitar as diferenças. Creio que a escravidão dos negros foi mais violenta quando os brancos tentaram fazer com que os negros esquecessem sua cultura, pois a cultura é parte integrante de um povo e tirá-la é negar o direito à sua história. Para aprofundar o pensamento antropológico cursei a disciplina Introdução à Antropologia no intuito de melhor entender sobre raça e o porquê do preconceito. Debrucei-me, então, na leitura das obras de Lévi-Strauss, Todorov, Morin, Malinowski, Suárez, Geertz, entre outros.

Por ocasião do Projeto 3, ao visitar a comunidade quilombola de Mesquita em Cidade Ocidental-GO, fiquei mais motivada ainda ao perceber que muitas famílias daquela comunidade lutavam por dignidade, respeito e reconhecimento. Era uma luta terrível para permanecer nas terras em que moravam. Mesmo com o reconhecimento do governo dando legitimidade de posse às suas terras, esses moradores encontravam dificuldades, pois os fazendeiros das redondezas não queriam ceder a terra para essa população.

Com a disciplina História Social e Política Geral, tendo como foco a história de grupos historicamente marginalizados pela sociedade, como negros, indígenas e homossexuais entre outros, percebi como a sociedade destruiu culturas inteiras por causa de seu egoísmo de achar que tem uma raça superior. Descobri como a África é linda e cheia de histórias, pois quando estudava a história do negro na escola era apenas pela ótica do colonizador, nunca pela ótica do negro. Compreendi a contribuição dos negros em nossa cultura, e foi nessa disciplina que percebi a crueldade do racismo.

Por ocasião da visita ao quilombo, ao ouvir os relatos dos alunos negros sobre o que já haviam sofrido e vivenciado sobre discriminação, fato esse que me deixava perplexa, compreendi porque o movimento negro está sempre lutando por seus direitos, pois a sociedade ainda não está livre do racismo. Tiveram relatos chocantes, tal como o de um aluno negro que, ao divulgar um livro de seu professor, uma senhora saiu correndo atrás dele, acusando-o de ser ladrão. Neste fato, o que mais me impressionou foi que esse aluno que nunca tinha vivenciado esse tipo de situação, ao perguntar ao seu professor “o que foi isso professor?”, recebeu a seguinte resposta: “Isso, meu caro, foi racismo”.

Nessa disciplina, o professor abordava com muita clareza a história dos negros antes da escravidão, mostrando a riqueza da cultura africana e proporcionava muitos debates interessantes sobre o racismo. Durante as aulas os alunos ficavam à vontade para expressar sua opinião, embora alguns demonstrassem certo desconforto em falar sobre esse assunto, pois temos uma sociedade em que se fala sobre quase tudo, porém, quando o assunto é a discriminação racial, há muita cautela, pois dependendo da fala do interlocutor pode ser que a mesma seja classificada como racismo ou injúria racial.

No decorrer desse processo de aprendizagem, cada vez mais aumentava a minha vontade de fazer uma pesquisa sobre a temática sobre racismo, tendo como foco o racismo na sala de aula, pois percebi nessas aulas que o preconceito não nasce com a gente, ele é adquirido, seja na família, na escola e, o mais importante, é que tais atitudes preconceituosas contra os negros devem ser combatidas e que a educação, dentre tantas funções, pode modificar esse quadro onde o racismo fere, maltrata e destrói a identidade dessas pessoas.

Na disciplina Ensino de História, Identidade e Cidadania, percebi o quanto o racismo está presente tanto fora como dentro da sala de aula, de tal forma que as pessoas, com receio de se assumirem como racista acabam por negar que ele existe. No decorrer dos meus trabalhos de campo ao observar o comportamento de alunos e professores, constatava como essa sua atitude referente ao racismo sempre estava presente.

No Projeto 4 - Estágio Supervisionado indagava o professor como ele lidava com essas atitudes racistas entre seus alunos e quais eram as atitudes diante de tais situações. Em uma turma do EJA, percebi que o racismo já estava ali bem presente, tanto na atitude da professora quanto em relação aos alunos. Percebi, então, que atitudes racistas devem ser combatidas logo cedo e que palestras e mais palestras sobre a temática não é suficientes, sendo necessário agir o quanto antes e de forma preventiva. Por essa razão, o meu foco se concentra nos anos iniciais do ensino fundamental.

Desde então, esse se tornou o meu problema de pesquisa: como o professor lida com o racismo em sala de aula? Em breve serei professora e, será a partir desse trabalho que, de alguma forma, poderá contribuir para que eu e outros futuros pedagogos possamos agir de maneira diferente em relação ao racismo e outras formas de violência. O racismo é uma violência contra a pessoa ofendida e pode se afirmar que é uma violência simbólica que gera uma violência física.

Assim, saber lidar com o racismo e qualquer tipo de preconceito e discriminação é uma tarefa difícil, mas acredito que os professores devem estar preparados para lidar com essas situações. Para que os alunos de hoje possam se tornar adultos conscientes e que cenas como violência contra negros e pobres sejam combatidas. Talvez não consigamos mudar o mundo, mas podemos mudar a atitude das pessoas. Se a criança aprende logo cedo os malefícios do preconceito, do racismo, ela se tornará um adulto que respeite as diferenças.

Ser professora sempre foi meu sonho, mais o maior sonho que tenho é que as pessoas possam viver respeitando uns aos outros. Creio que o professor não tem o poder de fazer milagres, mas é o mediador capaz de possibilitar mudanças. Muitas crianças, assim como eu, sofrem na escola insultos, exclusão das brincadeiras e violência física. Hoje em dia, muitas dessas atitudes são conhecidas como bullying, que é um tipo de violência e o racismo é uma das suas formas mais graves de violência e mesmo que a mesma não seja física, ela deixa marcas profundas em quem às vivencia.

Se o professor não estiver atento às práticas racistas de seus alunos, se ele como responsável por sua turma se omitir, o que vai acontecer no futuro? O racismo não pode fazer parte do cotidiano de nossas salas de aulas, deve ser combatido o quanto antes. No entanto, essa não é uma tarefa fácil para os professores, pois, além de ensinar, cabe-lhes, também, estar atento às atitudes sutis entre seus alunos, requerendo a sensibilidade de perceber a presença de atitudes racistas dentro da sala de aula.

PARTE II

INTRODUÇÃO

Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza, e temos o direito de ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza.

Boaventura de Sousa Santos

Embora o racismo já tenha sido utilizado por vários autores em teses, livros, estudos científicos, ainda é um tema que permite muitas pesquisas, principalmente na área da educação. A escola, um espaço de socialização, em que as relações entre os sujeitos são bem próximas, pode tornar-se também um lugar de conflitos, e o racismo não é exceção. É no espaço escolar que ocorrem frequentes cenas de racismo, seja com os alunos, professores ou funcionários, o importante é constatar que o racismo existe, possibilitando assim muitos estudos, pois a discriminação racial, devido a sua força presença em nossa sociedade, se estende às mais diversas práticas cotidianas das nossas salas de aula.

Segundo Munanga (2003), “A consciência política reivindicativa das vítimas do racismo nas sociedades contemporâneas está cada vez mais crescente, o que comprova que as práticas racistas ainda não recuaram.” Dessa forma, o racismo continua a existir e, muitas vezes, ele não se revela de forma tão claro, sendo mascarado. E a escola é lugar propício onde práticas racistas podem acontecer, sem que o professor as perceba. As manifestações hostis por parte dos alunos em relação aos seus colegas negros, a baixa autoestima de alunos negros em relação à sua identidade, demonstra que o racismo precisa ser combatido.

Questões como o racismo permeiam nossa sociedade, levando-nos ao ingênuo pensamento que no Brasil não existe preconceito e que todos somos iguais. Segundo Azevêdo (1987), “Ninguém se reconhece racista porque ninguém se preocupa em conhecer o que é o racismo e quais suas formas de elaborada sutileza.” Só quem é vítima do racismo é que sofre, e os negros é que mais sofrem com essa violência.

Trazemos introjetados na mente que o negro é inferior, que ser negro é ruim, e muitas vezes agimos inconscientemente tendo uma visão do negro estereotipada. E com as crianças não é diferente, pois a percepção que elas têm sobre o negro é consequência de seu contexto social. Seja na mídia, seja no livro didático, a criança negra só vê heróis e heroínas brancas, príncipes e princesas brancas, embora nos últimos anos esse cenário tenha mudado.

Autores que como Munanga (2005), Gomes (2005) e Cavalleiro (2003) demonstram como o racismo está presente nas nossas salas de aula. É preciso repensar práticas pedagógicas que enfatizam apenas a história do negro a partir da escravidão, onde o negro é

visto como coitado ou com estereótipos, e daí a importância do professor buscar o outro lado da escravidão, enfatizando a cultura africana.

Nos últimos anos tem havido mudanças através da Lei 10.639/03 que exige obrigatoriedade do ensino da História e Cultura-Afro-Brasileira nas escolas, sendo um grande aliado do professor para tratar do racismo com seus alunos. O que geralmente acontece é que a história dos negros ainda é trabalhada, sobretudo, em datas comemorativas. É preciso que esse assunto seja abordado no decorrer do ano letivo. Não basta constatar a existência do racismo, é necessário criar estratégias para combatê-lo. Para Kabengele Munanga:

[...] a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (2005, p. 17)

A educação, conforme Munanga, possibilita aos alunos desconstruir os mitos de um grupo ser superior ao outro. Porém, não é uma tarefa fácil fazer com que os estudantes sejam mais conscientes e que mudem de uma hora para outra suas concepções em relação aos negros, que sempre foram visto como inferior e incapaz. O professor, tendo consciência das atitudes de seus alunos, pode contribuir para que o racismo seja superado logo cedo na escola, pois formar cidadãos conscientes é uma de suas funções, que vai muito além de apenas ensinar a ler e escrever.

É a partir dessas indagações que o presente trabalho propõe abordar a questão do racismo em sala de aula, fenômeno esse que deve ser debatido logo cedo nos anos iniciais. E o professor tem o papel de ser o mediador desses conflitos. A partir das minhas experiências pessoais sobre preconceito e minha trajetória acadêmica no curso de Pedagogia, optei pelo tema racismo na sala de aula, pois, como docente, certamente, temos que nos deparar com situações de discriminação racial e outras formas de preconceito.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como **objetivo geral analisar como o professor dos anos iniciais lida com o racismo na sala de aula que será devidamente desdobrado nos seguintes objetivos específicos: a) analisar a percepção do professor acerca da existência do racismo na sala de aula bem como as percepções que os alunos têm sobre o negro; b) identificar como o professor reage diante de atitudes racistas entre seus alunos.**

Para viabilizar os objetivos acima, o trabalho adota como percurso metodológico a pesquisa qualitativa cujo campo de pesquisa é uma escola pública, tendo como foco

professores e alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para a coleta de dados, recorreu-se ao estudo de caso em uma turma, do 3º ano do Ensino Fundamental.

Para alcançar os objetivos propostos acima foi utilizada como procedimento de pesquisa a observação participante do cotidiano da sala de aula, tendo como foco a relação aluno-aluno e professor-aluno. Aplicou-se, também, uma entrevista semi-estruturada com a professora dessa turma e foi solicitado aos alunos que desenhassem uma pessoa negra e outra branca, indicando os pontos negativos e positivos de ser branco e negro.

Por acreditar que a educação pode ser o caminho para combater, não apenas o racismo, mas toda forma de discriminação que acontece no interior da escola, o intuito de trabalho, embora reconheça suas limitações, visa contribuir de alguma forma, para que os professores estejam mais atentos em atitudes racistas entre seus alunos e que esse docente, através de uma formação continuada, busque soluções de forma coletiva com a contribuição de outros professores, trocando experiência com os gestores, mediando solução de conflitos, e, principalmente com um constante diálogo com a família.

CAPÍTULO I

1. RACISMO: COMPREENDER PARA COMBATER

O racismo, ao longo da história, passou por várias mudanças quanto à forma de sua compreensão pela sociedade. Ainda hoje, muitas pessoas não sabem ao certo o que significa racismo, raça, discriminação e preconceito, persistindo, dessa forma, em muitos equívocos sobre o que significa cada um desses termos.

O termo “racismo”, atualmente, é impreciso e amplo e objeto de várias interpretações. O racismo pode ser considerado como uma teoria ou uma crença que estabelece uma hierarquia entre as raças ou etnias, ou também doutrina fundamentada sobre o direito de uma raça de dominar as outras raças consideradas inferiores.

Porém, essas definições não respondem sobre as novas formas de racismo que acontecem em nossa sociedade que se manifesta de forma sutil e velado e, em muitos casos, é imperceptível até mesmo para a vítima. Mas, há outro problema, o racismo em nossa sociedade “se afirma através da sua própria negação”, ou seja, “o sujeito pratica o racismo, mas não se declara racista.” (GOMES, 2005, p. 46).

Outra questão importante sobre o racismo é o silêncio, quando as pessoas não querem falar a respeito, há certo incômodo em falar sobre o assunto. Quando é abordado, é carregado de pudores e cautela. Por ser um assunto polêmico e delicado, prefere-se calar a tomar uma posição. Outro tipo de silêncio é do próprio agredido, que se cala diante da agressão, ao acreditar que a denúncia do agressor, não muda sua situação.

Seria as diferenças sociais a causa do racismo em nossa sociedade? Ou seriam as características físicas que fundamentam o racismo? Para tentar entender essas questões, inicialmente faz-se necessário compreender o que é raça, racismo, discriminação e preconceito, e posteriormente entender que nossa sociedade não está livre de atitudes racistas, discriminatórias e preconceituosas.

1.1. RAÇA, RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO – DEFININDO CONCEITOS

RAÇA

Para melhor compreensão desse trabalho, esse capítulo aborda sobre alguns conceitos sobre raça, discriminação, racismo e preconceito. São termos comumente usados para tratar de questões étnico-raciais, muitos se confundem sobre o que significa cada um deles. Porém, é possível discriminar sem ser racista? Que tipo de preconceito está se falando?

Vivemos em país com uma diversidade étnica muito rica, temos contribuições dos europeus, asiáticos, africanos e é claro dos indígenas que, diferente dos outros povos, já habitavam essa terra. Embora reconheça que essa mistura em muitas das vezes foi de forma violenta, como os estupros em mulheres indígenas e negras. Fato é que mesmo com uma diversidade tão grande, somos um país repleto de discriminação e preconceito, uma mentalidade herdada da história contada sobre nossas origens, origem essa que transformou um povo em escravo durante muitos anos. E até hoje os negros lutam por dignidade e direitos.

Assim, o termo raça utilizado neste trabalho, não leva em conta seu sentido biológico, nem etimológico, mas social. De acordo com Gomes (2005, p. 49), “[...] podemos compreender que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico.” Então, ao definir raça não se leva em conta os caracteres genéticos, o que está em jogo são relações entre sujeitos, e essas relações de poder podem segregar grupos inteiros, como é o caso dos negros, e essa segregação pode levar a violência e intolerância.

Cabe ressaltar em relação a classificar a espécie humana, no século XVIII, Carl Von Linné (1707-1778), conhecido como Lineu criou a taxonomia, uma forma de classificar as espécies. Seria a primeira classificação racial. Conforme Azevêdo (1987, p.18) “Lineu criou a designação *Homo sapiens* e classificou a espécie humana em quatro raças: europeus, asiáticos, americanos e africanos.” Depois vieram outros tipos de classificação racial. Porém, essa forma de classificar a espécie humana se tornou imprecisa, pois não se podem delimitar a espécie humana em raça, “as variações entre as raças são contínuas e superficiais, não permitindo separá-las biologicamente” (AZEVEDO, 1987, p. 21).

Além de ser imprecisa classificar a espécie humana em raças, outro fato preocupante são suas consequências. Podemos ilustrar com o caso do massacre na África do Sul em 1960, em Sharpeville, em que dezenas de pessoas foram assassinadas por causa de um protesto contra uma medida discriminatória do governo sul-africano. O protesto foi contra a Lei dos nativos, mais conhecida como lei do passe, que obrigava os negros sul-africanos a carregar uma espécie de caderneta com seus dados pessoais, quem se negasse a apresentá-la poderia ser preso. Conforme o relato jornalístico, em março de 1960 ocorreu:

[...] um protesto pacífico contra as leis do passe, incentivado pelas lideranças do Congresso Pan-Africanista e reprimido com violência pela polícia em todo o país, causou uma verdadeira carnificina em Sharpeville, a 45 quilômetros de Johannesburgo. Em uma ação desproporcional e covarde, as centenas de manifestantes que se aglomeravam em frente à delegacia de polícia local tornaram-se alvos vivos dos soldados do comando sul-africano. Revólveres, rifles e submetralhadoras, sem aviso prévio ou justificativa, cuspiram fogo contra a multidão, assassinando 69 pessoas e ferindo quase 200 – a maioria baleada pelas costas, em uma tentativa desesperada de fuga. (CAMPOS JR, 1960)

Esse relato revela como é perigoso classificar a espécie humana em raça, primeiro que é impreciso, não dá para diferenciar os povos levando em conta apenas características físicas; segundo, julgar que um povo ou raça é melhor que outra é segregar, separar, discriminar.

O massacre ocorrido em Sharpeville não foi um episódio isolado, pois a segregação racial também ocorreu em outros países e em épocas diferentes. Na Alemanha, Adolf Hitler considerava que todos que não pertencessem a “raça ariana” deveriam ser banidos do território alemão, justificando essa tal supremacia branca. O resultado da segregação racial na Alemanha foi o genocídio de milhares de “judeus” e “ciganos”.

No caso do Brasil, o termo raça é utilizado nas relações sociais, e que leva em conta características físicas, como cor da pele, cabelo. Se um sujeito é negro tem grande chance de aos olhos de alguns se tornarem um bandido, basta a sua cor para definir seu caráter. Em sociedade como a nossa em que o prestígio social é muito importante, o negro para alcançar certo prestígio, muitas das vezes, nega sua própria identidade, como decorrência de uma cultura em que diferenças entre as raças existem no imaginário social.

Assim, ainda hoje características físicas podem influenciar as ações de certas pessoas, excluindo e até agindo com violência contra grupos que historicamente foram marginalizados pela sociedade brasileira, os negros, por exemplo, que após tantos anos depois da abolição da escravidão, ainda precisam lutar para ter garantidos seus direitos. Para Nilma Gomes (2005, p.49):

É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetados em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar. (2005, p. 49)

Portanto, aprendemos a ver o outro, no caso o negro, como diferente do branco. Faz parte de nossa cultura enxergar o negro como inferior ao branco. Nilma Gomes (2005, p. 49) aponta como problema o fato de “não deixamos de cair na tentação de hierarquizar as

classificações sociais, raciais, de gênero, entre outras. Ou seja, também vamos aprendendo a tratar as diferenças de forma desigual.”

PRECONCEITO

O preconceito como o próprio nome diz é um conceito antecipado que uma pessoa faz de outra, apenas pela aparência ou por um julgamento prévio. Segundo o Dicionário Michaelis (2015), preconceito é “uma imagem, idéia que categoriza alguém ou algo com base apenas em falsas generalizações, expectativas e hábitos de julgamento.” Assim, o preconceito e um prejulgamento negativo que alguma pessoa faz de um individuo ou de um grupo, é uma opinião formada antecipadamente.

Antônio Olímpio Sant’ana considera que no preconceito estão presentes outros elementos. Para ele:

Preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. (2005, p. 62)

Nilma Lino Gomes também traz importante contribuição para compreender o preconceito. Para ela o preconceito é:

[...] um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. “Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro.” (2005, p. 54)

Compreende-se, portanto, que o preconceito é um prejulgamento negativo sobre uma pessoa ou grupo social, mas o preconceito nasce com o individuo? A pessoa preconceituosa não nasce com esse tipo de pensamento, ela vai construindo ao longo de sua trajetória, seja no contexto no qual ele vive tem forte influência, pois se uma família é preconceituosa provavelmente seu filho poderá vir a ser um preconceituoso como seus pais.

Conforme Nilma Lino Gomes (2005, p.34) “O preconceito como atitude não é inato. Ele é aprendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo.”.

Todo individuo faz parte de um contexto social, de uma cultura e isso influencia profundamente suas atitudes em relação às outras pessoas que não pertence ao seu grupo.

DISCRIMINAÇÃO

A discriminação pode ser entendida como o ato de distinguir ou diferenciar. Acontece quando uma pessoa discrimina o outro por causa da raça, gênero, religião, nacionalidade ou gênero. De acordo com o Dicionário Michaelis (2015) discriminar significa “Ato de segregar ou de não aceitar uma pessoa ou um grupo pessoas por conta da cor da pele, do sexo, da idade, credo religioso, trabalho, convicção política etc.” Discriminar é separar, dividir, excluir um individuo ou um grupo por causa de seus atributos ou por causa de seu credo. A não aceitação gera intolerância que se agrava para a violência. Ao discriminar o individuo segrega, não reconhece a igualdade de direitos e a liberdade de expressão, que para todo individuo é garantido por lei. Antônio Olímpio Sant’ana diz que a discriminação é “algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo” (2005, p. 63)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, já declarava contrária a atitudes discriminatória, em seu artigo 7 diz que: “todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.”

A discriminação racial é uma das formas mais comuns de discriminação, neste caso com base na raça, cor ou etnia. Nilma Lino Gomes diz que a discriminação racial pode ser considerada como “a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam.” (2005, p. 55).

Porém, não devemos confundir discriminação com preconceito, esses dois conceitos são distintos, embora se relacione. Para Vera Neusa Lopes (2005, p. 188) “o preconceito vem acompanhado de uma atitude discriminatória. [...] a discriminação racial é atitude ou ação de distinguir, separar as raças, tendo por base ideias preconceituosas.”

Quando mais um Terreiro de Candomblé vira alvo de vândalos, ou quando um morador de rua é queimado vivo, a sociedade fica perplexa, e esses episódios viram mais um número nas estatísticas. O problema que a violência destes atos insanos está no que pode se chamar de intolerância. Quando o direito do outro é violado. Não é um privilégio de poucas

peessoas o direito a cidadania, é um direito de todos, no caso de Terreiros de Candomblé ser alvos de vândalos por causa da intolerância religiosa fere o direito de liberdade de culto para todo cidadão.

As atitudes racistas, preconceituosas e discriminatórias de algumas pessoas não acontecem de uma hora para outra, o sujeito não nasce com essa concepção. Para Vera Neusa Lopes:

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornarem-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações. (2005, p. 188)

Então, toda e qualquer ideia que menospreze outros sujeitos está desrespeitando o direito do outro. A diferença não pode ser usada como uma maneira de segregar, mas sim como forma de unir os povos. Forçoso é reconhecer que o Brasil “uma sociedade multirracial e pluri-étnica que faz de conta que o racismo, o preconceito e a discriminação não existem. No entanto, afloram a todo o momento, ora de modo velado, ora escancarado, e estão presentes na vida diária.” (LOPES, 2005, p.186). Pode-se dizer que o racismo, o preconceito e a discriminação só persistem em nossa sociedade por força da intolerância. Quando o direito do outro é respeitado não há motivos para segregar, separar ou humilhar.

RACISMO

O termo racismo tem muitas definições, seu conceito teve ou tem diversas leituras e interpretações. Segundo Kabengele Munanga (2003, p. 7), o racismo recebeu várias definições que “nem sempre dizem a mesma coisa. Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos mesmos conteúdo e significado, daí a falta do consenso até na busca de soluções contra o racismo.” Uma definição mais conceitual do racismo está no dicionário. Para o Dicionário Michaelis (2015):

[...] é uma teoria ou crença que estabelece uma hierarquia entre as raças (etnias); Doutrina que fundamenta o direito de uma raça, vista como pura superior, de dominar outras ou preconceito exagerado contra pessoas pertencentes a uma raça (etnia) diferente, geralmente considerada inferior.

Já Nilma Gomes define o racismo como:

[...] um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de

sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. “O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.” (2005, p.52)

Nota-se que a definição sobre o racismo, tanto do dicionário quanto de Nilma Gomes há uma consonância, ou seja, o racismo tem relação com raça, uma superior e outra inferior. Observa-se também que ao se referir à raça, o dicionário coloca etnia entre parênteses. O termo etnia significa, segundo Munanga (2000, p. 28) “um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.”

O termo etnia está em uso para designar um grupo de pessoas que tem costumes hábitos, cultura diferente de outros povos. Por exemplo, no Brasil sabemos que existem povos indígenas, mas cada grupo de indígenas tem uma cultura diferente, como o povo Tikuna, no Amazonas, o povo Guarani Kiowá do Mato Grosso ou os Kaingang do sul do Brasil. São todos indígenas brasileiros, porém cada um desses povos tem sua especificidade, costumes diferentes. Assim, vemos que diferente do termo raça comumente utilizado, entre superior e inferior, branco, preto ou amarelo, a etnia não faz essa distinção, De acordo com Munanga (2000, p.28) “O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias.” Assim, os povos indígenas brasileiros possuem uma identidade racial, mas devido às diferentes características socioculturais, eles são definidos como etnia.

Para ficar mais claro a distinção entre raça e etnia. Primeiro, esses dois termos não são sinônimos, segundo, enquanto raça baseia-se nas características biológicas, como textura do cabelo ou cor da pele, etnia relaciona-se fatores culturais, como religião, tradição ou nacionalidade de um grupo. Lembrando que, raça é um conceito impreciso, pois a espécie humana não possui subcategorias ou subespécies, logo não existem raças humanas diferentes.

Então, por que ainda se utiliza o termo raça e não apenas etnia? Bem, um dos motivos seria uma forma de explicar o racismo, que ainda permeia no imaginário das pessoas. Kabengele Munanga (2000) diz que:

A maioria dos pesquisadores brasileiros que atuam na área das relações raciais e interétnicas recorrem com mais frequências ao conceito de raça. [...] não mais para afirmar sua realidade biológica, mas sim para explicar o racismo, na medida em que este fenômeno continua a se basear em crença na existência das raças

hierarquizadas, raças fictícias ainda resistentes nas representações mentais e no imaginário coletivo de todos os povos e sociedades contemporâneas. Alguns fogem do conceito de raça e o substituem pelo conceito de etnia considerado como um lexical mais cômodo que o de raça, em termos de “fala politicamente correta”. Essa substituição não muda nada à realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo. (p.29)

Em consequência do exposto acima ao tratar de racismo esta se referindo ao modo como o negro é estigmatizado em nossa sociedade, se o termo raça está em desuso e em seu lugar ficou etnia, o que continua grave é que o racismo continua a fazer vítimas, e mudar os conceitos não muda as mentalidades das pessoas. Então, o racismo pode ser uma ideologia. De acordo com Munanga (2000):

Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estes últimos suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. (2000, p. 24)

O racismo é e continua sendo uma forma de violência, o indivíduo racista acredita que exista uma hierarquização entre seu grupo e outro grupo, em que seu grupo sobrepõe ao outro por causa de traços meramente físicos. O racismo para Antônio Olímpio de Sant’ana (2005, p. 41) “[...] é a pior forma de discriminação porque o discriminado não pode mudar as características raciais que a natureza lhe deu.”

O racismo pode se revelar de várias formas, ora velado ora explícito, seja contra uma pessoa, seja contra várias pessoas. O indivíduo racista fere, mata, maltrata. E é contra o negro que o racismo se revela mais assustador. Segundo um estudo desenvolvido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Aplicada) e FPSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), em 2014 teve um aumento de homicídios contra os negros em relação aos não negros. De acordo com esses dados:

No que se refere à letalidade de afrodescendentes, não deixa de ser intrigante o aumento de 18,2% na taxa de homicídio de negros entre 2004 e 2014, ao mesmo tempo em que o mesmo indicador associado a não negros diminuiu 14,6%. Com isso, observou-se um acirramento da diferença de letalidade entre negros e não negros na última década. (CERQUEIRA, D. FERREIRA, R.; LIMA, S. BUENO, S.; HANASHIRO, F. B.; NICOLATO, P., 2016, p. 39)

Percebe-se com esses dados que a violência sofrida pelo negro é maior do que entre os brancos. Assim, o negro sofre por causa de sua condição socioeconômica e por causa de sua cor de pele. Ser negro no Brasil ainda é sinônimo de pobre, marginal. Porém, o racismo não

apareceu do nada, ele existe há muitos anos, muitos teórico dizem que foi através do mito de Noé, personagem bíblica que salvou a humanidade de uma enchente. De acordo com Munanga (2000):

A primeira origem do racismo derive do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). [...] o patriarca Noé, [...] Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez junto aos seus irmãos Jafé e Sem, comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não lisonjeira de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos. Os calvinistas se baseiam sobre esse mito para justificar e legitimar o racismo anti-negro. (p. 24 - 25)

Assim percebe-se que o racismo tem origens históricas e religiosas, e que justifica práticas racistas entre os povos. Mesmo depois de tantos anos o racismo ainda sobrevive em nossa sociedade, não respeitar as diferenças de outras pessoas faz do racismo difícil de ser superado, mesmo com tantas ações do governo e o árduo trabalho do Movimento Negro. Os negros ainda sofrem com preconceito e discriminações. Eles continuam excluídos do convívio social, algumas pessoas ainda estão presas no passado, como se suas atitudes fossem ser justificadas pela sua suposta superioridade.

Compreende-se que, o racismo surgiu em várias partes do mundo, desde a antiguidade, e em todo caso ao que parece a explicação seria pela superioridade versus inferioridade, onde traços físicos foram preponderantes para justificar a exploração de mão de obra e a violência. Então, segundo Moore (2007) a gênese do racismo se deve da seguinte maneira:

O processamento simbólico pelo qual uma coletividade, convertida em grupo dominante, secreta uma consciência grupal para a rejeição de uma alteridade especificamente fenotípica, com a finalidade de exercitar uma dominação grupal permanente sobre essa última; b) a organização da sociedade numa ordem sistêmica, segundo um critério especificamente fenotípico, para exercer uma gestão monopolista dos recursos globais, de modo a excluir o grupo dominado e subalternizado; c) a elaboração de estruturas intelectuais normativas (ideologias). (p. 247 - 248)

O racismo praticado hoje em dia difere do racismo do século passado ou vivemos uma nova forma de racismo? O que motiva o racismo hoje em dia tem grande relação com as características físicas dos sujeitos, como cor da pele ou traços físicos com uma ideia de inferioridade e superioridade racial. Carlos Moore (2007, p.209) diz que “essa fenotipização

das diferenças culturais entre seres humanos que conduz originariamente à nascença do fenômeno do racismo como forma de consciência historicamente construída e determinada”.

Assim, o ódio à intolerância contra grupos humanos parece estar alicerçado na ideia de uma raça superior para outra inferior, mas esse discurso não é mais válido, todos são iguais perante a lei, denegrir a imagem do outro ou segregar uma pessoa por causa da sua cor de pele, seu fenótipo é racismo. Carlos Moore (2007) define bem essas atitudes:

Parece suficientemente óbvio que o racismo corresponde a uma forma específica de ódio; um ódio peculiar dirigido especificamente contra toda uma parte da humanidade, identificada a partir de seu fenótipo. É o fenótipo dos povos denominados “negros” que suscita o ódio – um ódio profundo, extenso, duradouro, cujas raízes se perdem na memória esquecida da humanidade e que remetem a insolúveis conflitos longínquos. (p. 209)

Estamos no século XXI e ainda atitudes racistas persistem em nossa sociedade. A questão racial é um desafio para todos os países, é uma luta permanente. Conforme Carlos Moore (2007):

A luta permanente e multifacetada contra o racismo se faz necessária; a humanidade não tem outra opção. De outro modo, o ser humano teria, com efeito, voltado às costas ao mais elementar e óbvio requerimento dos organismos vivos, das espécies e da vida: a diferenciação, a diversidade, a constante multiplicação do diferente – do Outro – como origem, essência e exigência da Vida. (p. 218)

Estamos diante de uma nova forma de racismo, um racismo baseado nas diferenças culturais e identitárias. Kabengele Munanga (2003) diz que há um paradoxo dessa nova forma de racismo, para ele:

[...] racistas e antirracistas carregam a mesma bandeira baseada no respeito das diferenças culturais e na construção de uma política multiculturalista. Se por um lado, os movimentos negros exigem o reconhecimento público de sua identidade para a construção de uma nova imagem positiva que possa lhe devolver, entre outro, a sua autoestima rasgada pela alienação racial, os partidos e movimentos de extrema direita na Europa, reivindicam o mesmo respeito à cultura “ocidental” local como pretexto para viver separados dos imigrantes árabes, africanos e outros dos países não ocidentais.”(p. 11)

Podemos estar vivendo uma nova forma de racismo, mas o que não muda são as lutas de grupos que durante muitos anos foram marginalizados, como o caso dos negros. A luta por dignidade e respeito continua como continua a intolerância e o ódio.

CAPÍTULO II

2. RACISMO NO BRASIL

No último Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ocorrido em 2010, constatou-se um aumento da população que se autodeclarava pardo ou preto. De acordo com os dados do IBGE:

Em comparação com o Censo realizado em 2000, o percentual de pardos cresceu de 38,5% para 43,1% (82 milhões de pessoas) em 2010. A proporção de pretos também subiu de 6,2% para 7,6% (15 milhões) no mesmo período. Esse resultado também aponta que a população que se autodeclara branca caiu de 53,7% para 47,7% (91 milhões de brasileiros). (BRASIL, 2012).

Os dados do Censo do IBGE em 2012 demonstra que a população preta e parda aumentou. Há uma grande dificuldade de alguns em se autodeclararem pretos, persistindo o receio do negro estigmatizado, a imagem distorcida do negro. Porém, deve se destacar que esses números também demonstram que há uma mudança de postura das pessoas, ao se declarem como pardos ou pretos, há um processo de valorização dos negros. Isso se deve em parte às políticas públicas voltadas para essa população, como a Lei de Cotas nas universidades, que garante um percentual de vagas para quem é pardo ou preto.

2.1. LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Brasil foi o último país na América a abolir a escravidão. Até então, o negro era tratado como objeto, não sendo reconhecido como sujeito de direitos em termos individuais, sociais e políticos. Mesmo após a Lei Áurea os ex-escravos ainda ficaram sujeitos aos maus tratos, pois, embora livres não tinham onde morar e muito menos onde trabalhar.

Depois de tantos anos, os negros, ainda hoje, encontram enormes dificuldades para conseguir emprego ou cursar uma faculdade. As políticas públicas para a população negra surgem como uma forma de diminuir as dificuldades que os negros encontram em nossa sociedade, assim:

A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de

influir na formulação de políticas, na pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações. (BRASIL, 2004, p. 11).

Nos últimos anos surgiram políticas públicas por parte do Estado brasileiro garantindo direitos aos negros, que durante muito tempo foram negados. Porém, essas políticas e leis se não forem devidamente fiscalizadas fica apenas no papel. Cabe ao Estado:

[...] promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional (BRASIL, 2004, p. 11).

Visando o disposto acima, o Governo Federal, dentre outras leis, sancionou em 2012 a Lei de Cotas nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. De acordo com essa lei, em seu art. 3º:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012)

De suma importante essa lei, além de trazer mais oportunidades para os estudantes negros, trouxe junto também um debate acirrado entre varias esferas da sociedade. Houve uma intensa polarização entre os seus defensores e seus opositores. Um dos problemas é a questão de quem é preto ou pardo, critérios esses que ainda são ambíguos. Isso decorre do fato de que, segundo a nossa Constituição, todos são iguais perante a lei. Dessa forma, a lei fere esse principio constitucional, da igualdade de direitos. Mas, vale à pena salientar que, a lei garante o acesso, mas é o esforço individual de cada um que vai fazer a diferença.

Outro importante instrumento de garantia de direitos para a população negra e combate ao racismo é a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, conhecida como o Estatuto da Igualdade Racial, “[...] destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.” (BRASIL, 2010).

Para a educação, o governo sancionou a Lei 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a História e Cultura Afro-Brasileira. De acordo com a Lei:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Essas medidas, além de ser um grande avanço em promover o acesso aos negros a universidades e valorizar a cultura africana é um importante aliado ao combate ao racismo, pois:

Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória ((BRASIL, 2004, p. 12)

Mesmo com tantas medidas anti-discriminatórias do governo, a população negra ainda tem que lutar por reconhecimento e dignidade. As cotas nas universidades e nos concursos foram um grande avanço, mas a população negra reivindica mais que vagas destinadas a eles, reivindicam oportunidades iguais.

2.2. IMPORTÂNCIA DA LEI 10.639/03 PARA A EDUCAÇÃO

A importância da lei 10.639/03 é inegável para a educação, pois ao incluir a cultura africana nos currículos está valorizando uma história que durante muitos anos foi silenciada. Alguns anos atrás a história do negro era só vista tendo como foco a escravidão e a contribuição dos africanos era deixada para segundo plano. Muitos livros didáticos representavam o negro como pobre, maltrapilho e sua imagem era de sofredor, de coitado.

Nos últimos anos, o olhar sobre os negros já apresenta mudanças significativas, ao destacar a contribuição dos negros em nossa cultura. Segundo Borges (2010, p. 72):

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica é um momento histórico que objetiva não apenas mudar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia para um africano, mas sim ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.

Assim, estamos resgatando uma parte da história que durante muitos anos foi omitida e também “[...] sanar uma dívida social e uma lacuna, a ausência em nossa história desta diversidade cultural”. (BORGES, 2010, p 76).

2.2 BRASIL: UM PAÍS RACISTA?

Será que o Brasil é racista? Esta pergunta geralmente tem uma resposta, não. Porém, diante de tanta violência contra o negro, fica difícil concordar com essa afirmação. Vivemos em um país em que historicamente a escravidão ainda deixa marcas. Milhares de africanos que aqui foram trazidos, obrigados a “esquecer” sua cultura, seus costumes, sua crença. Embora, depois de tanto sofrimento que os negros passaram, sua cultura sobreviveu a tanta violência. Ao afirmar que o Brasil não é racista, é negar a própria história, pois não é possível termos uma sociedade igualitária, sendo preciso recorrer às Políticas Públicas, como a Lei de Cotas.

O Brasil é um país rico em sua diversidade, temos contribuições de muitos povos, inclusive dos africanos. Mas diferente dos outros povos que aqui vieram, os africanos vieram para nosso país através do comércio negreiro, em que tornou lucrativo escravizar os negros. Por isso, ainda hoje a visão que se tem do negro é de inferioridade, de submissão. Claro que com as políticas públicas esse cenário vem mudando ao longo dos anos.

Contudo isso se faz necessário interrogar: mas, afinal, o Brasil é um país racista? De acordo com Gomes (2005):

Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vive uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (p. 46)

Então, é possível supor que o Brasil é um país racista, embora muitos neguem? Supor que no Brasil existe igualdade racial, é dizer que nosso país vive uma democracia racial. Mas, isso é o mito, basta olharmos as estatísticas e percebemos como é discrepante a posição ocupada por um branco e a posição que o negro ocupa em nossa sociedade.

Mas, o que vem ser o mito da democracia racial. Gomes (2005) esclarece que:

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existem entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. (p. 57)

Observa-se que é um mito construído para disfarçar a violência que o negro sofre, pode-se considerar como uma forma de racismo, o racismo disfarçado, uma ideologia que tenta apagar as desigualdades raciais, tão nítidas entre os brancos e o não brancos. Claro que se fosse possível chegar a uma verdadeira democracia racial em nosso país, seria muito bom, porém não se pode ser ingênuo a ponto de apagar as atrocidades que foram cometidas contra os negros ao longo da história do Brasil.. Para Nilma Gomes (2005):

Quanto mais a sociedade, a escola e o poder público negam a lamentável existência do racismo entre nós, mais o racismo existente no Brasil vai se propagando e invadindo as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais dos negros. O abismo racial entre negros e brancos no Brasil existe de fato. (p. 47)

E o mais grave disso tudo é que, quanto mais negar que o racismo não existe mais ele ganha força e fica cada vez mais difícil de combatê-lo.

2.4 RACISMO NO CONTEXTO ESCOLAR

O racismo, como dito anteriormente, faz parte das práticas de muitas pessoas, que ainda veem o negro como inferior. Porém, o racismo atravessa os muros da escola e se manifesta nas instituições escolares, e em muitos casos, de forma velada, camuflada. O aluno negro que sofre esse tipo de violência se cala e sua autoestima fica lá embaixo, e quando a escola se dá conta também acaba silenciando diante dessas práticas racistas. Muitos desconhecem o verdadeiro perigo que o racismo pode causar no aluno negro, o primeiro dele é a negação da identidade negra.

A escola, como instituição que tem, dentre outros deveres, a formação cidadã do sujeito, se não tratar o racismo como problema, ele vai continuar a existir no cotidiano da escola. Segundo Santos (2007, p. 10) “[...] embora a escola, não seja meramente reprodutora das desigualdades raciais, acaba reafirmando estigmas e estereótipos sobre os negros.” Assim, codinomes, apelidos, e toda e qualquer forma de depreciar a figura do negro está reafirmando

o racismo. Enquanto a escola não tomar atitudes quanto à problemática do racismo, o negro terá vergonha de suas origens e conseqüentemente sofrerá tentando mudar seu cabelo, seu corpo, tudo para parecer com o branco.

A escola ao silenciar-se diante do racismo que ocorre no seu interior acaba reforçando a ideia negativa que muitos têm sobre o negro. Pois, quando não se enxerga o problema, ele logo não existe, e se não existe, como combatê-lo? Em primeiro lugar desmistificar a ideia de que na escola as relações raciais entre os alunos, professores e demais funcionários da escola é harmônica, em que todos são iguais. Mas, na realidade, toda e qualquer relação que envolva questões étnico-raciais carrega consigo o conflito embutido, ou seja, o conflito do ser e não ser branco. Conforme aponta Lopes (2005):

A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente. (p. 189)

De acordo com Vera Neusa Lopes, é preciso que a escola seja comprometida com as mudanças, que saiba que deve tratar a questão do racismo de forma que ele seja combatido. E fazer com que haja uma espécie de força tarefa, uma ação conjunta entre todos os membros envolvidos com a escola, e desfazer a imagem do negro tão denegrado pelos frutos amargos da escravidão.

2.5 RACISMO NA SALA DE AULA: E AGORA PROFESSOR?

Se na escola o racismo está presente, na sala de aula que ele apresenta de forma mais explícita, como apelidos aos colegas negros, como “carvão”, “negrinho”, “macaco”, muitos são os nomes que os alunos negros escutam constantemente. “Muitas crianças negras percebem, desde muito cedo, que ser chamada de “negrinha” nem sempre significa um tratamento carinhoso, pelo contrário, é uma expressão do racismo”. (GOMES, 2003, p.175.). Muitas dessas atitudes estão mais ligadas à cor da pele e ao cabelo.

A sala de aula como espaço de aprendizagem, deve ser também um espaço onde o professor leve aos seus alunos pensar criticamente sobre temas tão polêmicos como é o caso do racismo. Esse pensamento crítico deve estar presente desde cedo, ainda nos anos iniciais. A criança traz internalizada a visão do negro distorcida, seja na família, seja na escola. Vera Neusa Lopes (2005, p. 189) diz que o professor e os alunos devem:

[...] organizar-se em comunidades de aprendizagem, aonde cada um chegue com seus saberes e juntos vão construir novos conhecimentos num processo de trocas constantes, desmistificando situações de racismo, preconceito e discriminação arraigados nos grupos sociais e nas pessoas individualmente. Nesse aprender coletivo, professor e alunos acabam por enriquecer o processo educativo para ambos os sujeitos da aprendizagem. Especialmente quando se trata de racismo, preconceito e discriminação, o investigar e o aprender juntos garantem aprendizagens de melhor qualidade, porque ruídas coletivamente.

Assim, o professor constrói junto com seus alunos uma relação de respeito, de reciprocidade. O outro, o negro, o diferente, não mais será visto como um ser inferior, mas será tratado como membro do grupo. Cabe ao professor mostrar aos seus alunos que as diferenças devem servir para unir e não para excluir.

CAPÍTULO III - PERCURSO METODOLÓGICO

3.1. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para alcançar os objetivos propostos deste trabalho, adotou-se uma abordagem qualitativa. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa qualitativa se configura em:

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. (p.70)

Na pesquisa qualitativa o pesquisador tem contato direto com os sujeitos da pesquisa para atender ao principal objetivo desse trabalho que é o contato com a realidade dos sujeitos envolvidos, observando suas atitudes, seu comportamento. Porém, não emitindo nenhum juízo de valor acerca de suas atitudes. Como em qualquer pesquisa qualitativa os dados são descritivos retratando o máximo de elementos existentes na realidade estudada. Assim:

Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70)

Para a análise de dados buscou através da entrevista com a professora regente juntamente com os desenhos dos alunos e a observação: analisar como o professor lida com o racismo na sala de aula.

3.2. SUJEITOS E LOCAL DA PESQUISA: CONHECENDO A REALIDADE

O MUNICÍPIO

A presente pesquisa foi realizada no município de Valparaíso de Goiás, cidade que está localizado no Entorno Sul do Distrito Federal. O município de Valparaíso de Goiás é uma cidade nova, mas antes de sua emancipação, ela guarda um pedaço da história da construção de Brasília. Com a construção da capital federal muitos migrantes no intuito de conseguir

fixar moradia em Brasília e trabalho se deslocaram para a o planalto central, mas não conseguindo estabelecer moradia em Brasília acabaram migrando para o entorno de Brasília,

Em 19 de abril de 1979, a empresa Encol construiu um núcleo residencial denominado de Valparaíso para atender a demanda dos moradores que não conseguiam morar no Distrito Federal devido aos altos preços dos imóveis. Em 1995, Valparaíso de Goiás tornou-se um município após a realização de três plebiscitos. Emancipando-se de Luziânia, em 1996 houve a primeira eleição para prefeito e vereadores.

Hoje Valparaíso de Goiás tem as características uma cidade dormitório, pois a maioria da população trabalha em Brasília e mora na cidade. Nos últimos anos esse cenário mudou com a oferta de vagas de empregos no comércio varejista e também pelo surgimento de indústrias.

Segundo o IBGE, em 2012 a população de Valparaíso era de 138.740 habitantes e que apresentam características étnico-raciais em que maioria de seus moradores se autodeclararam pardos ou pretos. De acordo com Censo do IBGE de 2010, 72.148 se declaram pardos e 11.985 declaram pretas. O restante é composto por 1.993 pessoas que se declararam amarelas, 46.650 declaram brancas e 205 indígenas. Esses números revelam um avanço se considerarmos que em uma sociedade de maioria considerada branca, ser pardo ou negro no Brasil já não é mal visto e as pessoas começam a perceber que a cor da pele não é motivo de receio.

A ESCOLA

A presente pesquisa foi realizada em uma escola que está situada em um bairro mais afastado do centro de Valparaíso de Goiás. Esse bairro, apesar de ser um dos mais antigos da cidade, apenas algumas de suas ruas são asfaltadas, não possuindo rede de esgoto e a estrada que dá acesso ao bairro é precária com muitos buracos. Embora com esses problemas estruturais, o bairro possui algumas especificidades, conta com muita área verde, dois córregos atravessando o bairro e por possuir duas escolas uma do Ensino Fundamental e outra de Educação Infantil seus moradores sempre encontram vagas disponíveis, sem que haja necessidade de se deslocarem para escolas de outros bairros em busca de vagas.

A escola em questão foi inaugurada em 1994 e oferta a modalidade do Ensino Fundamental nos anos iniciais e finais contava, inicialmente, com apenas algumas salas de aula. Com a primeira reforma realizada em 1999, houve o aumento do seu espaço físico disponibilizando um número maior de salas de aulas.

Hoje a escola tem uma infraestrutura razoável, contando com uma sala de informática com acesso à internet, nove salas de aula, uma sala de diretoria, sala de professores, refeitório com capacidade de aproximadamente 40 alunos, uma quadra de esporte descoberta, sala de recursos para Atendimento Educacional Especializado, cantina, dois banheiros para os alunos, sala da secretária, sistema de monitoração (câmeras).

Com essa nova estrutura, a escola conta, atualmente, com 35 funcionários, 19 professores, 450 alunos matriculados, divididos em 288 alunos do 1º ano ao 5º ano e 162 do 6º ano ao 9º ano.

Devido às condições sociais do bairro, o único lazer dos jovens é uma quadra de esportes situada dentro da escola. Essa quadra de esporte é compartilhada com a comunidade, pois a quadra é de livre acesso, mesmo a escola estando fechada, os moradores se reúne para se divertir.

3.3. PARTICIPANTES.

Para a realização da pesquisa, optou-se pelo estudo de caso de apenas uma turma de 3º ano que compõem a última fase do CIA (Ciclo Inicial de Alfabetização) e também porque, conforme as Matrizes Curriculares do município, esses alunos já tinham noções sobre diversidade e miscigenação e Cultura Afro-Brasileira.

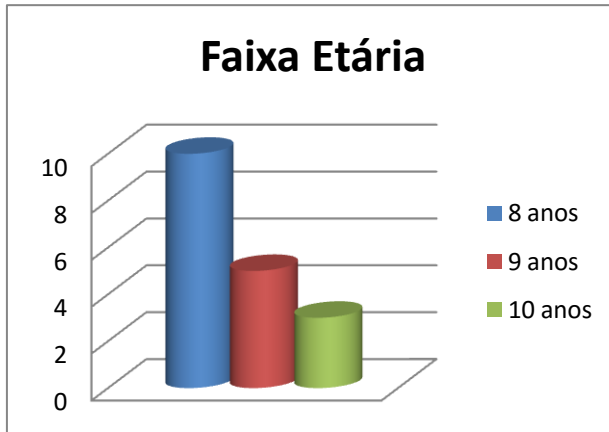
Isso ocorre porque a Matriz de Competências e Habilidades de História e Geografia da 3ª Etapa do Ensino Fundamental estabelece que, caberá ao aluno no final do 3º ciclo: “Perceber que as diferenças constroem a identidade pessoal; Valorizar a diversidade Cultural; Identificar traços culturais do grupo de sala de aula, percebendo e respeitando suas semelhanças e diferenças culturais, hábitos, costumes e etnias.” (CME, 2015, p.48).

ALUNOS

Os sujeitos para a coleta de dados foram 18 alunos de uma turma da 3ª etapa do Ciclo Inicial de Alfabetização (CIA) ¹ do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal de Valparaíso de Goiás. A faixa etária dos participantes da pesquisa foi entre 8 a 10 anos. Conforme o gráfico abaixo.

¹ Em 2014 o governo municipal de Valparaíso de Goiás reformulou as Matrizes Curriculares da Educação Básica, adotando o CIA – Ciclo Inicial de Alfabetização, constituído de 3 etapas, que equivale do 1º ano ao 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

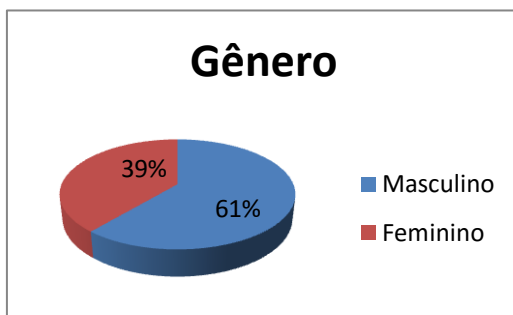
Gráfico 1- Faixa Etária dos Alunos



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Percebe-se que nessa turma, em relação à faixa etária não há muita diferença entre os alunos e não há muita distorção idade-série, uma vez que apenas três alunos estão acima de 10 anos. Em relação ao gênero, o gráfico abaixo revela que na turma, em sua maioria, 61 %, é composta de meninos enquanto as meninas correspondem a 39%.

Gráfico 2 – Gênero/Aluno



PROFESSORA

Para os objetivos propostos foi selecionada uma professora de uma turma do 3º ano e a escolha por essa professora foi devido à sua disposição em participar da pesquisa, visto que as

outras professoras no primeiro contato não demonstraram interesse sobre a temática em questão.

A professora, 36 anos, formada em Pedagogia, História e Filosofia e pós-graduada em Filosofia da Educação, tem 11 anos de magistério. Porém, é primeira vez que dá aula para uma turma de alfabetização. Segundo a professora, antes desta escola, lecionava para as turmas do Ensino Médio. Residente no Distrito Federal veio dar aulas no município como professora efetiva do Ensino Fundamental anos iniciais.

A professora desde o início colaborou com a pesquisa, sempre prestativa e interessada sobre o tema do trabalho: racismo na sala de aula.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Para o procedimento de coleta de dados utilizou-se a observação participante e o estudo de caso. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 104) observação participante “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Nesse caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo.” Nessa modalidade, o pesquisador tem um contato direto com os sujeitos da pesquisa, se tornando como um membro do grupo. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 194) “Consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste.”

Porém, o pesquisador deve ter cautela com esse tipo de procedimento, pois conforme a Lakatos e Marconi (2003, p. 194) “o observador participante enfrenta grandes dificuldades para manter a objetividade, pelo fato de exercer influência no grupo, ser influenciado por antipatias ou simpatias pessoais, e pelo choque do quadro de referência entre observador e observado.”

O estudo de caso por sua vez consiste na escolha de apenas um sujeito ou um grupo, para ter um conhecimento mais detalhado sobre o assunto pesquisado. “O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 17).

Prodanov e Freitas (2013), por sua vez, consideram que:

O estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais, severidade, objetivação, originalidade e coerência. (p. 60)

O estudo de caso contribui para compreender fenômenos sociais que são muito complexos, neste caso o racismo. Portanto, o estudo de caso foi o que mais adaptou aos objetivos propostos, possibilitando identificar o problema, analisar as evidências e propor possíveis soluções para o problema.

3.5. INSTRUMENTOS

Para atender os objetivos da pesquisa, para os alunos foram utilizados três procedimentos: (1) foi utilizado dois tipos de desenhos, um foi o autorretrato, feito livremente e o segundo desenho foi solicitado aos alunos que desenhassem e pintassem uma pessoa negra e uma pessoa branca na mesma folha; (2) em seguida, foi solicitado aos alunos que atribuíssem pontos positivos e negativos para o negro e para o branco; (3) foram feitas duas perguntas aos alunos sobre sua cor e se os mesmos haviam sofrido algum tipo discriminação, preconceito ou racismo na sala de aula.

As análises dos desenhos foram realizadas a partir das falas dos alunos juntamente com fundamentação teórica. Os desenhos foram feitos todos juntos, por toda turma e duraram cerca de uma hora. Os diálogos com os alunos sobre os pontos positivos e negativos das figuras e as duas perguntas foram feitos separadamente dentro da sala de aula e duraram aproximadamente 10 minutos.

Em relação à professora foi utilizada uma entrevista semi estruturada, que, de acordo com Trivinos (1987):

[...] entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (p. 146).

3.6. ETAPAS DA PESQUISA

O trabalho foi dividido em etapas, fato esse que permitiu que cada coleta de dados fosse feita em momentos distintos. Segue as etapas da pesquisa:

1. Primeiramente foi feito um conhecimento prévio da comunidade e da escola, antes de iniciar a observação.
2. Escolha dos procedimentos e instrumentos para a coleta de dados;
3. Observação da sala de aula
4. Desenho 1 – autorretrato, Qual a sua cor?
5. Desenho 2– pessoa negra e branca – Atribuir pontos positivos e negativos
6. Entrevista com a professora
7. Análise dos dados

CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS COLETADOS

Esse capítulo aborda as análises dos dados a partir da observação na sala de aula, da realização dos desenhos dos alunos, da entrevista com a professora, articulando-se os dados, teoria, posicionamento do pesquisador e a percepção dos sujeitos envolvidos na pesquisa. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 112) “A análise e a interpretação desenvolvem-se a partir das evidências observadas, de acordo com a metodologia, com relações feitas através do referencial teórico e complementadas com o posicionamento do pesquisador.”

Porém, cabe salientar que, não há respostas definitivas sobre a questão do racismo na sala de aula, o que se almeja é uma aproximação dos fatos, cabendo estudo posterior. Para manter o sigilo dos sujeitos participantes da pesquisa, para a análise dos dados foi utilizado códigos para distinguir os alunos, a partir das respostas dos alunos sobre sua cor, adotou o seguinte referencial:

- Branco: B1, B2, B3, B4, B5, B6.
- Negro: N1, N2
- Pardo: P1, P2.
- Moreno: M1, M2, M3, M4, M5.
- Marrom: Mm1, Mm2, Mm3.

4. CATEGORIAS DE ANÁLISE

Os dados coletados foram agrupados em categorias, de acordo com Bardin (1977, p. 117) “As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.” Assim, para cada categoria foi selecionado as falas ou expressões dos alunos e da professora. Porém, o pesquisador não pode ficar preso a modelos pré-estabelecidos, deve ir além, ‘Para representar os dados de forma clara e coerente, ele provavelmente terá que rever as suas ideias iniciais, repensá-las, reavaliá-las, e novas ideias podem então surgir nesse processo.’ (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 49)

4.1. SALA DE AULA: EU E O OUTRO

As observações das aulas foram feitas no mês de agosto em dias alternados, no total de 12 aulas observadas. A observação teve como intuito observar as relações dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A turma do 3º ano tem matriculado 21 alunos, mas a média de alunos frequentes é entre 15 a 18 alunos. Em geral é uma turma tranquila, exceto em casos que envolvam fazer dupla com o colega, ou fazer amizade com um colega, há certa relutância por parte de alguns em participar das brincadeiras com outros colegas.

Observa-se que na hora das brincadeiras, alguns alunos são excluídos, e são sempre os mesmos, os negros. A professora até tenta fazer com que eles interagem, mas só por alguns instantes, depois o colega excluído volta para sua mesa e brinca só, isso se repetia de acordo com a professora.

No decorrer das aulas observadas constatou-se que alguns alunos apresentavam certo afastamento com seus colegas negros. Em uma aula de ciências ocorrida no dia 17 de agosto, a professora solicitou que os alunos fizessem duplas para a realização da tarefa que consistia em recortar dos livros gravuras relacionadas com agricultura. O aluno M5 reclamou à professora: “*tia o B2 não quer fazer dupla comigo.*” A professora reagiu de imediato, disse ao aluno B2 que não poderia agir assim e fez com que ele formasse a dupla com seu colega o M5. Foi possível ver a expressão do aluno B2 que não gostou da ideia, demonstrando ter ficado “chateado”.

Na aula observada no dia 23 de agosto, outro fato chamou a atenção, o aluno Mm3 reclamou que a professora só dava atenção ao aluno B4 e a professora realmente tratava alguns alunos de maneiras diferentes. Enquanto ela abraçava alguns alunos, os outros ela só chamava atenção. Ao ser perguntado se tratava os alunos todos iguais, a professora disse que não, *“tenho uma relação melhor com as meninas, na verdade tudo isso é novo para mim, muitos anos dando aula para o Ensino Médio, fico insegura por trabalhar com crianças.”*

Na aula observada no dia 29 de agosto, a professora como de costume dividiu a turma em duplas, os alunos começaram a fazer duplas, um dos alunos ficou sem dupla e foi sentar-se ao lado de uma colega, a aluna chegou a chorar para não se sentar com o colega, que por sua vez é negro, não se pode apreender desse fato que a aluna M3 seja racista, porém ela age assim com todos os colegas negros. M3 e B2 são os alunos que diferente dos outros colegas, costumam vir à escola, bem arrumados, sempre com roupas novas, trazem sempre lanche de casa. Os outros alunos, em sua maioria, o lanche da escola é o momento mais feliz, vão para a escola sem tomar café, não veem à hora de lanchar. Muitos alunos vão para a escola com chinelo, B2, sempre de sapatos. O que ocasionou certo desconforto entre alguns colegas. N1 vai para a escola sempre de chinelo, confidenciou à professora que B2 não queria sua amizade, por que usa chinelos. *“tia ele só gosta de pessoas bem vestidas, limpas.”*

A professora disse que na hora que o aluno N1 contou esse fato, ficou chateada, já tinha percebido como B2 é preconceituoso. *“Não sei lidar com isso”*, desabafa a professora.

Diante desses fatos e de outros que serão analisados posteriormente, há sinais que indicam que alguns alunos possam ser racistas. Mas aparentemente esses alunos agem inconscientemente, pois suas atitudes em relação aos colegas negros parece está relacionado com sua experiência no contexto onde foram socializados. De acordo com Nilma Lino Gomes (2005):

Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo. Todos nós cumprimos uma longa trajetória de socialização que se inicia na família, vizinhança, escola, igreja, círculo de amigos e se prolonga até a inserção em instituições enquanto profissionais ou atuando em comunidades e movimentos sociais e políticos. Sendo assim, podemos considerar que os primeiros julgamentos raciais apresentados pelas crianças são frutos do seu contato com o mundo adulto. As atitudes raciais de caráter negativo podem, ainda, ganhar mais força na medida em que a criança vai convivendo em um mundo que a coloca constantemente diante do trato negativo dos negros, dos índios, das mulheres, dos homossexuais, dos idosos e das pessoas de baixa renda.” (p.54 - 55)

Assim, compreende-se que essas atitudes desses alunos não nascem com eles, não é inato, mas sim adquirido, o contexto também influencia essas atitudes. Se vivermos em uma sociedade racista, preconceituosa, vamos acabar sendo racistas e preconceituosos.

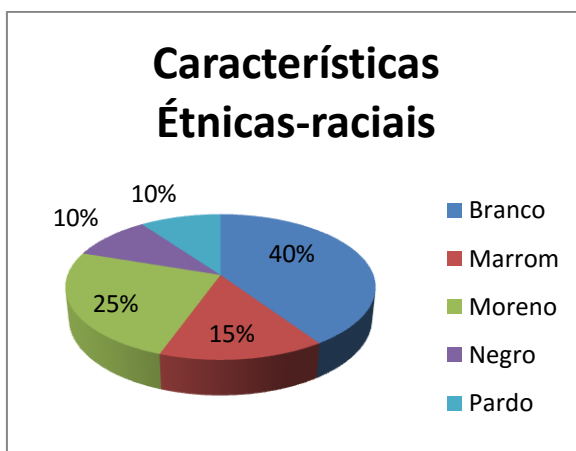
4.2. QUAL A SUA COR? SEI LÁ TIA.

Para verificar as características étnico-raciais dos alunos, foram utilizados dois procedimentos. O primeiro foi através de seu autorretrato, o desenho e o segundo procedimento os alunos se auto atribuíram a cor/raça, sem lhes fornecer nenhuma opção. A partir desses dados foi traçado o perfil da turma.

A escolha pelos desenhos foi devido à sua importância para os alunos, pois através dos desenhos a criança não está presa às regras, o desenho é algo prazeroso. “A criança desenha para se divertir.” (LUQUET, 1969, p.15). O desenho pode trazer mais informações do que horas de conversa, a criança se expressa melhor no desenhar. De acordo com Flávia de Jesus Damiano (2006, p. 96), “O desenho é uma atividade que solicita a presença da criança em sua inteireza. [...] Portanto, mesmo que não seja sua intenção, ao desenhar, a criança está contando um pouco de si, expressando seus gostos e preferências ou revelando o que lhe está incomodando.”

Foram agrupadas as características étnico-raciais dos alunos de acordo com suas respostas, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Características Étnico-raciais dos alunos



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Percebe-se com o gráfico que a maioria dos alunos se autodeclararam brancos, 40%, 10% são pardos e apenas 10% são negros o restante, 40% são os morenos e marrons. Observa-se que alguns alunos têm dificuldade de definir qual sua cor. Eles se olham e dizem, “*sou marrom, sou moreno?*” De acordo com Darcy Ribeiro (1995, p. 224):

Ocorre efetivamente, uma morenização dos brasileiros, mas ela faz tanto pela branquização dos pretos, como pela negrização dos brancos. Desse modo, devemos configurar no futuro uma população morena em cada família, por imperativo genético, terá por vezes, ocasionalmente, uma negrinha retinta ou um branquinho desbotado.

Os alunos apresentaram certa dificuldade em dizer qual é sua cor. Ao ser feita a pergunta para os alunos que se autodeclararam brancos, observou-se que eles não demoraram a responder, enquanto que os demais tiveram dificuldade em dar suas respostas. Os alunos que disseram que sua cor é parda e ao ser perguntado o que é pardo, não souberam responder. Nas suas expressões faciais demonstravam insegurança na resposta. Enquanto o aluno que disse que é negro, respondeu bem baixinho, para o colega do lado não ouvir. A maior dificuldade encontrada entre os alunos foram sobre sua cor, “moreno” ou “marrom”, eles tem consciência que não são brancos, mas afirmam que não são negros. “*marrom é mais bonito!*” (Mm3, 10 anos).

Em relação ao autorretrato observou-se que a maioria dos alunos, 14 alunos, pintou seu desenho de “lápiz cor da pele”, ou seja, alguns desenhos tinham um tom mais rosado ora mais forte quase laranja. Enquanto apenas dois alunos pintaram de marrom, 1 de cinza e o outro aluno deixaram sem cor. Segue alguns desenhos abaixo:

Desenho 1– Aluno N1



Desenho 2– Aluna P1



Desenho 3– Aluna N2



Desenho 4– Aluna M4



Desenho 5– Aluno B2



Desenho 6 – Aluno Mm3



Observa-se que alguns alunos responderam uma coisa e desenharam outra. Por exemplo o aluno N1 disse que é negro, no entanto ao pintar seu auto retrato, pintou de, segundo ele, da “*cor da pele*”, conforme o desenho 1. Enquanto no desenho 6, o aluno Mm3 se pintou de cinza, ao ser perguntado por que pintou daquela cor, ele respondeu: “*Eu sou sujo, tia.*” Percebe-se na fala desse aluno que sua auto estima está abalada. Por isso a importância do desenho, ele capta sentimentos da criança, seus conflitos, suas angustias. “[...] pode considerar-se regra geral a criança representar nos seus desenhos tudo o que faz parte de sua experiência, tudo o que está aberto à sua percepção.” (LUQUET, 1969, p. 22). De acordo com Flávia de Jesus Damião (2006):

O processo de construção do desenho e da identidade não é regido por uma ordem harmônica e linear, muito pelo contrário, como são produzidos nos interstícios da prática social carrega em si a marca da tensão, do conflito, da influência e da interação entre a criança e o outro (pais, professores, colegas, irmãos, etc. (p. 92).

A criança expressa seus sentimentos de maneira mais honesta que o adulto, em se sentir “sujo”, esse aluno está expressando o que provavelmente já ouviu, e transforma esse

fato como verdade, ele realmente se sente sujo. Mas apenas um estudo mais minucioso sobre esse fato poderá dizer o porquê desse aluno se sentir sujo.

4.3. QUAL O LÁPIS DA COR DO NEGRO?

Durante a realização da etapa de desenhar o auto retrato, o aluno M5 fez o desenho, mas não sabia que cor pintar. Segue o diálogo:

Professora: *Qual é sua cor?*

Aluno M5: *Preto!*

Professora: *Você não é preto, é negro.*

Um colega ouvindo a conversa, disse:

Mm3: *Você é marrom!*

Logo depois M5 foi procurar o lápis de cor e perguntou:

M5: *Qual a cor do lápis para pintar o negro?*

A professora abriu a caixa e pegou o lápis preto. M5 olhou para a professora, olhou para o lápis, ficou sem reação, voltou ao seu lugar e, segue seu desenho:

Desenho 7- Aluno M5



O resultado do diálogo influenciou na cor do desenho, pois M5 desistiu de pintar o restante do desenho, começou a pintar as pernas de uma cor, desistiu e disse: “Não *quero mais pintar!* Esse diálogo é importante destacar que, tudo indica que, a professora não soube conduzir a situação, ao dizer que o aluno não é preto, é negro, e ao pintar deveria pintar de preto, criou uma confusão na cabeça do aluno.

Essa confusão criada na cabeça desse aluno demonstra que há muitas dúvidas sobre o que é negro ou preto. E esclarecer essa distinção faz-se necessário. O termo preto é utilizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nas pesquisas de censo

demográfico desde 1872 para classificação de cor. Já o termo negro é a soma dos pardos com os pretos para formação de um grupo. Rafael Guerreiro Ósorio em seu artigo "Sistema Classificatório de "Cor ou Raça" esclarece melhor sobre esses dois termos, de acordo com ele:

[...] a agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justificam-se duplamente. Estatisticamente, pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza. Ou seja, é pela sua parcela preta que os pardos são discriminados. A justificativa teórica é obviamente mais importante, pois ao fornecer uma explicação para a origem comum das desigualdades dos pretos e dos pardos em relação aos brancos, coloca os dois grupos como beneficiários legítimos de quaisquer ações que venham a ser tomadas no sentido de reverter o quadro histórico e vigente dessas desigualdades. (2003, p. 24)

Portanto, preto é utilizado para uma classificação estatística do IBGE, mas ser preto ou negro ainda está carregado de preconceito baseado em características físicas, no caso a cor da pele.

4.4. TIA EU NÃO SOU NEGRA!

Um episódio que aconteceu durante a observação merece destaque. Não pelo fato em si, mas pela a atitude da professora, que mesmo não declarando ser racista pode ter agido de maneira inconsciente. Podemos entender que o racismo está introjetado em nossa mente, que é tão sutil que não percebemos quando fazemos distinção entre as pessoas.

Segue o diálogo:

Certo dia, a professora resolveu passar protetor solar nas alunos para irem ao passeio:

Professora: *Vem M1 passar protetor.*

M1: *Não precisa tia.*

Professora: *Precisa sim, quem tem a pele negra como você também precisa de se proteger do sol.*

M1: *Tia você tá me ofendendo, não sou negra, sou morena.*

A professora ficou sem reação diante desse fato. De acordo com a professora, na entrevista, relatou que "Na hora fiquei atônita, sem saber o que falar. Tenho dificuldade com essas questões."

O diálogo acima demonstra a falta de preparo da professora em não saber lidar com questões étnico-raciais, quando passou protetor nos outros alunos não disse por que você é branco, foi algo natural, quando foi passar na aluna negra disse você tem a pele negra, o que causou desconforto na criança pois a mesma não se vê negra. O que se apreende com esse episódio é que a professora, aparenta insegurança em relação de como tratar os seus alunos negros.

4.5. NEGRO NÃO PODE TER CABELO LISO.

No intuito de analisar as percepções que os alunos têm sobre o negro, foi solicitado aos alunos que desenhassem uma pessoa branca e outra negra na mesma folha e que atribuísse pontos negativos e positivos para ambos.

Antes de seguir para a análise desses dados, um episódio que aconteceu durante a execução dos desenhos merece ser mencionado. Quando os alunos começaram a desenhar, começou uma agitação entre eles, um dos alunos se sentiu desconfortado em desenhar uma pessoa negra, e disse ao colega que *“a tia é macumbeira pedindo a gente pra desenhar um negro.”*

Percebendo com estava acontecendo, a professora chamou esse aluno e falou para ele pedir desculpas. Chorando veio pedir desculpas. Foi lhe perguntado se ele sabe o que é macumba? Ele não quis responder. Então, foi explicado a esse aluno que não era ofensa chamar de macumbeira, muito pessoas por falta de conhecimento, julgam as pessoas. Existem algumas religiões de origem africana que utilizam certos rituais, que usam objetos, animais e bebidas.

Diante desse fato, faz-se necessário compreender por que há uma relação entre macumba e pessoas negras. Primeiramente cabe saber o significado da palavra macumba. De acordo com o dicionário Michaelis (2015):

(...) denominação genérica dos cultos afro-brasileiros originários do nagô e que receberam influências de outras religiões africanas, do catolicismo, do espiritismo, do ocultismo e de crenças ameríndias. 2 Ritual desses cultos que inclui cantos e danças ao som de instrumentos de percussão.3. Denominação leiga desses cultos quando se acredita que há a prática de magia negra.

Vemos que macumba está relacionada também à magia negra, logo magia negra está relacionada a algo ruim, quando o negro é relacionado como macumba subentende-se que o negro é também ruim. De acordo com Eliane Azevêdo (1987, p. 50) “[...] o País criou uma

variedade de expressões populares depreciativas, alusivas ao negro, as quais, geralmente, são acolhidas com deleite social e não com indignação”. Por falta de conhecimento sobre o que vem a ser a macumba, no imaginário social ela está associada ao negro e de maneira pejorativa.

Relatado esse fato, segue a análise dos dados. As respostas dos alunos foram agrupadas em duas tabelas, os pontos positivos do branco e do negro, e os pontos negativos do branco e do negro.

Quadro 1- Pontos Positivos

BRANCO	NEGRO
Veste-se bem	Cabelo marrom
Pele bonita	São legais
Olhos verdes	Cabelo cacheado
Cabelo liso	Pele bonita
Bonito	Ajudam os outros
Cabelo loiro	Pode pegar sol
Cabelo macio	Não tem
Olho bonito	Não tem preconceito
São ricos	É amigo
Fazem filmes	Cabelo Bonito
Amor pelo próximo	Não se suja
Não tem preconceito	Ele é marrom
Não é racista	Lindo
É amigo	Perfeito
Cabelo pode pentear	Cabelo cor de negro
Cor bonita	Não sei
Não tem	
Cheiroso	
Princesa	
Bonito	
Cabelo bonito	
Não sei	

Constatou que a maioria dos pontos positivos tanto no branco quanto no negro tem a ver com aspectos físicos, como cor da pele, cabelo, olhos. Observa-se que os alunos dão muita atenção ao cabelo, enquanto do branco é liso, macio, loiro, bonito, pode pentear. No negro o cabelo é cacheado, marrom. De acordo com esses dados, há indícios de que a percepção que os alunos têm do negro está relacionado com traço físicos, associado principalmente ao cabelo e a cor da pele. Em nenhum momento o cabelo crespo foi mencionado, o ideal de cabelo de liso para o branco e cacheado para o negro. Segundo Ferreira e Camargo (2011):

Desde a socialização primária, o brasileiro afrodescendente está submetido a ideologias que o compelem a repudiar, diariamente, sua negritude, elegendo um modo branco de ser e viver. Desenvolve, dessa maneira, uma posição submissa de aceitação e incorporação de valores ditados como ideais por uma sociedade branca que, simultaneamente, desqualifica suas qualidades e valores étnicos, milenarmente construídos. (p. 387-388)

Quadro 2 – Pontos Negativos

BRANCO	NEGRO
Não tem	Braço
Não gosta de olhos pretos	Pernas
Não gosta de cabelo embaraçado	Feios
Chato	Cabelo embaraçado
Tem nojo do negro	Roupas não são bonitas
Arrogantes	Olho preto, não dá para enxergar
Ciumentos	Cor da pele
Invejosos	Feio
Não gosta de negro	Cabelo cacheado
Não tem amizade com o negro	Chato
Nunca fala com o negro	Inveja do branco
Não ama os negros	Ninguém gosta de você
	Cabeça grande
	Não tem cabelo liso
	Não tem
	Não aceita sua cor
	Não gosta dos brancos
	Odeia o branco
	Não é branco
	Chamar de preto é ruim
	Briga muito
	Mora na rua
	Cor da pele

Em relação aos pontos negativos, está associado há algum tipo de comportamento. O branco é chato, invejoso, não gosta de negros. Enquanto o negro não aceita sua cor, briga muito, não é branco. Em geral, a percepção que os alunos tem sobre o negro está muito relacionado com o corpo e cabelo, eles associam a imagem do negro ao do branco, fazem comparações, por exemplo, branco tem cabelo macio, negro tem cabelo embaraçado.

A criança assimila, em seu mundo simbólico, valores, crenças e padrões de comportamento estigmatizados através das relações sociais. [...] a criança passa a conviver em uma sociedade para ela aversiva e excludente, e tornam-se mais um indivíduo a legitimar a visão negativa das características de matrizes africanas. (FERREIRA; CAMARGO, 2011, p. 378)

Percebe-se também tanto nas falas dos alunos quanto em seus desenhos destaque aos traços físicos, dando ênfase a cor da pele e cabelo, conforme os desenhos abaixo:

Desenho 8 - Aluna M3



Desenho 9 – Aluno B3



Desenho 10 – Aluna M2



Observa-se também que no desenho 8, além do negro ter olhos verdes, tem cabelo amarelo. “loiro”. O que denota a imagem do negro relacionado ao branco. Percebe-se que os alunos vêm o negro mais parecido com o branco. No momento de desenhar os alunos estavam muito preocupados em como iriam pintar os desenhos. A maior dificuldade foi dividir o “lápis da cor da pele”. Muitos desenhos retratam o negro da cor do branco, observe alguns desenhos:

Desenho 11 – Aluna B1



Desenho 12 – Aluna M4



Desenho 13 – aluna P1



Desenho 14 – M5



Desenho 15 – Aluno Mm3



Os desenhos desses alunos demonstram que a percepção que eles têm sobre o negro está muito relacionado com o branco, tanto no cabelo quanto na cor da pele. No desenho 14 do aluno M5 não pintou o corpo de seu desenho, porém, pintou o cabelo da pessoa negra, figura à direita, de amarelo. Ferreira e Camargo (2011, p. 377) dizem que: “No contexto socio-histórico brasileiro, em que o ideal de ego é ser branco, cabe, portanto, ao afrodescendente, a negação de suas origens africanas e a busca de um ideal inatingível – a brancura.”

Outro aspecto que chama a atenção é a distância com que os desenhos foram feitos, isso quando não estão separados por uma linha. A solicitação para os desenhos era fazer o branco e o negro na mesma folha. No entanto parece haver um abismo entre essas duas figuras, como se o branco devesse ficar longe do negro.

E mais uma vez esbarra-se na formação continuada do professor, quando o professor percebe que os alunos tem dificuldade em relação à sua imagem, pode trabalhar para mudar esse quadro, o que acontece é que o professor não está preparado.

Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo

pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais. É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar. É necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito. (CAVALHEIRO, 2006, p. 23)

4.6. NÃO SEI LIDAR COM ISSO.

A partir das respostas da professora da turma na entrevista, buscou-se analisar a percepção dela acerca da existência do racismo na sala de aula e como ela reage diante de atitudes racistas entre seus alunos.

De acordo com a professora ele acredita que exista racismo na sala de aula. Segundo ela: *“Acredito que existe racismo dentro da sala de aula através das falas dos alunos com tom preconceituoso, que reflete também uma atitude discriminatória.”*

Ao ser perguntado se percebeu algum tipo de conflito racial entre seus alunos, respondeu que sim. De acordo com ela: *“Certa vez presenciei um aluno se negar a fazer a tarefa em dupla com um aluno negro. Ele achou que o coleguinha estava usando chinelo, não estava vestido como ele se veste, por causa de sua cor.”*

E respondendo a pergunta de qual foi sua atitude sobre o episódio, ela disse que: *“No momento falei que não poderia agir assim e o convenci a fazer a tarefa com o colega.”*

Obseva-se que a professora está atenta às atitudes hostis entre seus alunos, porém ela supõe que o aluno não senta com o colega por causa da cor. Mas, uma das razões seria por que o aluno usa chinelos. O próprio aluno negro disse que esse aluno não queria sua amizade por causa que ele usa chinelos, já descrito acima.

Embora a professora reconheça que o racismo existe em sua sala de aula e que já aconteceram várias situações de conflito, como uma aluna não querer sentar com o colega negro, diz não estar preparada para lidar com o racismo, sente-se insegura, o que demonstra um certo despreparo em relação a questões étnico-raciais na sua formação. *“[...] não tenho muita segurança de como tratar com questões de racismo ocorridas dentro da sala de aula ou na escola, por isso preciso de uma capacitação ou formação sobre esse tema.”* Percebe também que a carência de uma formação continuada faz diferença, segundo a Resolução CNE/CP nº 2, de julho de 2015, em seu artigo 16, diz:

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do

magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. (BRASIL, 2015)

Vemos como é importante a formação continuada para professores, que visa dentre outras coisas, capacitá-lo para que realize seu trabalho da melhor maneira possível. Mas a realidade, vemos muitos professores despreparados, que não sabem lidar com conflitos, como é o caso da professora participante da pesquisa. Ao perguntar à professora como ela lida com o racismo na sala de aula, ela respondeu que “[...] *não tenho muita segurança de como tratar com as questões de racismo.*” Nota-se com essa fala da professora que ela reconhece que não sabe lidar com o racismo na sala de aula, mas o mais importante é que ela vê a necessidade de uma formação continuada sobre questões étnico-raciais. Vera Neusa Lopes (2005, p. 187): afirma que “Forçoso é reconhecer, porém, que muitos professores não sabem como proceder. É preciso ajudá-los, pondo ao seu alcance pistas pedagógicas que coloquem professor e alunos frente a frente com novos desafios de aprendizagem.” Munanga (2005) também vê a questão da falta de preparo do professor e acrescenta os preconceitos neles introjetados:

No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. Na maioria dos casos, praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria, por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana.” (p. 15)

Porém, a responsabilidade não deve toda cair em cima só do professor, a escola também tem suas influências sobre os alunos, se o professor não sente preparado para lidar com o racismo, cabe a escola buscar meios para que esse professor possa se especializar. Muitas das vezes a escola se silencia, deixando que a imagem do negro inferiorizado internalize nos alunos. Segundo Cavalheiro (2006):

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos (as) alunos (as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos (as) profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. (p. 23)

Faz se necessário que todos os membros que compõe a escola se unam no intuito de combater práticas racistas no contexto escolar, mas, o primeiro passo a ser dado é admitir que, o racismo faz parte do cotidiano escolar, que muitos alunos negros sofrem diariamente com apelidos, com a indiferença. Não se pode fechar os olhos e achar que o racismo só é uma violência quando a vítima é agredida, mas colocar um apelido no colega já aponta a necessidade de mudanças na postura de professores, gestores. Calar-se diante desses fatos é ser omissivo, e omissão também é crime, um crime contra a dignidade humana.

CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de trilhar o caminho da pesquisa, analisando a percepção do professor acerca da existência do racismo na sala de aula, as percepções que os alunos têm sobre o negro e analisando como o professor reage diante de atitudes racistas entre seus alunos, foi possível chegar a algumas considerações. Porém, cabe salientar que, não há respostas definitivas sobre a questão do racismo na sala de aula, o que se almeja é uma aproximação dos fatos, cabendo estudo posterior.

Em relação sobre a existência do racismo na sala de aula, tanto o professor acredita que exista como presenciou várias situações de racismo entre seus alunos. Na maioria dos casos de racismo que ocorre na sala de aula, foi por exclusão, o aluno negro era excluído das tarefas de sala, nas brincadeiras e na hora do lanche. O aluno negro na maioria dos casos isolava-se. Porém, embora haja indícios de racismo na sala de aula, os alunos agem de forma espontânea, como se tivesse já internalizado.

Muitas vezes o racismo se mostra velado, inconsciente, tanto para quem sofre quanto para quem o pratica. É tão imperceptível quanto maléfico, e só depois mais tarde, já quando adulto o sujeito se dá conta de como foi discriminado na escola.

A questão cor da pele ainda é um fator preponderante que permeia o imaginário das pessoas. Ser branco, moreno, pardo, pode ser, mas preto causa certo desconforto. Na realização da pesquisa foi possível observar como a questão da cor é importante. Quanto mais claro a pessoa for mais é bonita. Há indícios que apontam que entre os alunos optar pela cor branca significa bonito, enquanto a opção por preto significa feio ou sujo.

A percepção que os alunos têm do negro está relacionado mais uma vez aos traços físicos, associado principalmente ao cabelo e a cor da pele. Em nenhum momento o cabelo crespo foi mencionado. Percebe-se como ainda predomina o cabelo liso como ideal. O cabelo tido como crespo, ainda é visto como cabelo ruim, principalmente nas imagens que veiculam nas mídias, onde negras tem cabelo macio e que balançam, a criança negra que vê essas imagens, quer que seu cabelo também balance. Já existem no mercado creme para alisar cabelos de crianças.

Ao analisa como a professora reage diante de situações de racismo entre seus alunos, foi possível apreender que na maioria das vezes ela não soube o que fazer, ela mesma diz ter insegurança para tratar do racismo. Nos casos em que o aluno negro foi discriminado na sala de aula, seja pelo simples motivo de usar chinelos, ou por que o colega não quis fazer dupla

com ele, ou ainda se sentir ofendido pela professora chamar de “negra linda”, demonstra como o racismo sobre todas as formas está presente no cotidiano escolar. O racismo se mostra muitas das vezes velado, mais o isolamento de alguns alunos mostra que mesmo dessa forma ele é prejudicial.

A atitude da professora em relação ao seu aluno de negro é em muitos casos, contraditória, ou seja, tem receio de chamá-lo de negro, mais ao chamá-lo de negro coloca uma qualidade, no caso lindo, para amenizar o negro, como se apenas negro não fosse suficiente. Porém, a professora tem consciência de suas limitações e procura da melhor forma possível passar a seus alunos os problemas que o racismo acarreta para a autoestima do aluno negro.

O que nos leva a outro problema, a questão da formação continuada da professora, em seu relato ele diz não ter, mas vê a necessidade de se aperfeiçoar. Borges (2010) também vê a importância e a necessidade da formação continuada para o professor. Segundo essa autora:

Daí a necessidade de se investir na formação inicial e continuada dos professores, para que, além da sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo, criar estratégias pedagógicas que possam auxiliá-las e reeducá-las (p. 76)

Muitas escolas carecem de professores qualificados para trabalhar com as questões étnico-raciais. Mas não podemos esperar chegar à escola para saber lidar com as diferenças, isso deve começar logo na graduação, na formação inicial de professores. Embora, existam disciplinas específicas na faculdade que tratam sobre as questões étnico-raciais, é muito pouco diante de tamanho desafio imposto ao professor ao chegar à sala de aula. Mas cabe salientar que, não existem receitas prontas sobre como tratar sobre racismo no cotidiano escolar, mas professores bem preparados saberão conduzir as situações de conflitos se precisarem recorrer ao silêncio.

A questão do racismo não deve ser trabalhada apenas em datas comemorativas, como o dia da consciência negra, deve ser trabalhado o ano todo, com grupos de discussões, projetos, palestras. Mas, o racismo ainda é tratado como mito, muitos afirmam que ele existe, mas ninguém é racista. Os professores devem repensar suas práticas pedagógicas, inserirem no dia-a-dia de suas aulas a temática sobre o racismo e outras formas de violência que o negro sofre. Desmistificar a figura do negro como coitado, mostrar a importância da cultura africana para nossa sociedade. Mas é um trabalho em conjunto que envolve toda a escola e a comunidade.

Diante das dificuldades apresentadas pela professora, ela pediu auxílio de como tratar sobre o racismo na sala de aula, na verdade foi um grito de socorro. Diante desse pedido, futuramente, juntamente com a professora, será construído um projeto para ser trabalhado com a turma, envolvendo outras salas, que também apresentam casos de racismo, preconceito e discriminação. O objetivo do projeto está justamente ligado a desconstruir a imagem negativa que os alunos têm sobre o negro e com isso contribuir para que o racismo possa ser combatido no contexto escolar. Devido ao adiantamento da pesquisa não foi possível acrescentar o nosso projeto, com o título de “Desconstruindo”, mas poderá vir a ser fruto de novas pesquisas, porém fazendo intervenção na realidade.

PARTE III

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Nessa longa caminhada que é o conhecimento, nunca existe um fim na estrada. O conhecimento é uma fonte de inesgotável saber. A graduação apareceu como um começo, uma perspectiva, é apenas o início da minha jornada.

Pretendo continuar nessa jornada, sabendo dos desafios que estão por vir. Ser professora é uma das minhas metas, mas o que de fato me envolveu foi a pesquisa. Pretendo futuramente dar continuidade à pesquisa que aqui apenas foi um embrião. Sei da necessidade que a educação atualmente vem enfrentando, impondo aos profissionais de educação o desafio de inovar, de buscar novas práticas pedagógicas, é preciso um novo olhar sobre a educação. Os estudos no campo educacional podem contribuir muito para que a educação possa repensar sobre o que o aluno precisa aprender e o que eu preciso conhecer com o intuito de buscar novas formas de ensinar, enfim, e através de pesquisadores engajados em mudar a educação que podemos pensar em futuro.

Assim, minhas perspectivas futuras como educadora é especialização, mestrado e quem sabe doutorado, isso é apenas o começo.

REFERÊNCIAS

AZEVÊDO, Eliane. **Raça: conceito e preconceito**. São Paulo; Editora Ática, 1987.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação**. Revista Mestrado História, v. 12, n. 1, p. 71-84, jan./jun., Vassouras, 2010. Disponível em: <http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_Inclusaodahistoriaculturaafro.pdf> Acesso em: 13/09/2016

BRASIL, Governo Federal. **Censo 2010 mostra as características da população brasileira**. Brasília: Portal Brasil, 2012. Disponível em: <<https://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>>

_____, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada**, CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 28/10/2016.

_____, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

_____, Presidência da República. **Lei de Cotas nas Universidades**. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso em: 06/09/2016

_____, Presidência da República. **Estatuto da Igualdade Racial**, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Brasília: Casa Civil, 2010. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112288.htmAcesso em: 06/09/2016.

CME, Secretária Municipal de Educação. Matrizes Curriculares Ciclo Inicial de Alfabetização (CIA). Divisão de Assuntos Técnicos Pedagógicos. Valparaíso de Goiás, 2015.

CAMPOS JR., Celso de. **Massacre na África: Apartheid**. VEJA na História: Edição Especial, Revista VEJA, Grupo Abril, março de 1960. Disponível em:<<http://veja.abril.com.br/historia/apartheid-africa-sul/especial-massacre-sharpeville-johanesburgo.shtml>> Acesso em: 19/10/2016

CAVALHEIRO, Eliane. **Introdução**. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006. 262 pg.; il.

CERQUEIRA, D. FERREIRA, R.; LIMA, S. BUENO, S.; HANASHIRO, F. B.; NICOLATO, P. (Orgs.) **Nota Técnica. Atlas da Violência, nº 17**. Brasília: IPEA; FPSP, 2016.

Disponível em<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_notat_ecniciadiest10.pdf> Acesso em: 18/10/2016.

DAMIÃO, Flávia de Jesus. **O desenho infantil e as relações étnico-raciais na educação infantil: uma discussão necessária**. Série-Estudos. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande – MS, nº 22, p. 91 – 98, 2006. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/viewFile/277/132>> Acesso em: 27/10/16.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. **As relações cotidianas e a construção da identidade negra**. Psicologia: Ciência e Profissão vol.31 no. 2, Brasília 2011. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n2/v31n2a13.pdf>> Acesso em: 27/10/2016.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo. 2003.

_____. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma breve discussão.** In: Educação Antirracista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, 2005, p.39 – 62.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. Ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Véra Neusa. **Racismo, Preconceito e Discriminação: Procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos.** In: MUNANGA, K. (Org.). Superando o Racismo na escola. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2ª edição revisada. SECAD: Brasília, 2005, p. 185 – 201

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2011. xii, 99 p.

LUQUET, Georges H. **O desenho infantil.** São Paulo: Cultrix, 1969.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. 320 p.

MICHAELIS, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** Editora Melhoramentos. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>> Acesso em: 26/09/2016

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2ª edição revisada. SECAD: Brasília, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: BRANDÃO, André Augusto P. (Org.). Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Cadernos Penesb 5. Niterói: EduFF, 2000, p. 16–34.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O Sistema Classificatório de “Cor ou Raça” do IBGE. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, 2003. Acesso em: 28/12/2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. Companhia da Letras: São Paulo, 1995.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. **História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados**. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o Racismo na escola. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2ª edição revisada. SECAD: Brasília, 2005, p. 39 – 67.

SANTOS, Ângela Maria dos. **Vozes e silêncio do cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não-negros**. Coleção Educação e Relações Raciais, vol. IV Cuiabá: EduFMT, 2007.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação** --São Paulo: Atlas, 1

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – PROFESSORA

1. Qual sua idade?
2. Qual sua formação profissional?
3. Quanto tempo de experiência no magistério?
4. Qual sua cor ou raça?
5. Quanto tempo você trabalha nesta escola?
6. Antes trabalhava aonde?
7. Têm experiência com turmas de alfabetização, anos iniciais?
8. Teve alguma dificuldade em dar aulas para essa turma, visto que é sua primeira experiência com turmas de alfabetização?
9. Em sua opinião, o que significa racismo?
10. No questionário você disse que acredita que exista racismo na sala de aula. Pode me explicar como ele se manifesta?
11. Presenciou alguma cena de racismo nas escolas onde já trabalhou? O que aconteceu?
12. E, nessa escola, na sua sala de aula percebeu algum episódio de racismo entre seus alunos?
13. Qual foi sua atitude quando o aluno não quis fazer a tarefa em dupla?
14. Ocorreram outros episódios de racismo, ou esse foi um caso isolado?
15. Diante desses fatos que ocorreram com seus alunos negros, como você lida com o racismo na sala de aula?

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua autorização para seu filho participar da pesquisa de Monografia do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, que tem como objetivo analisar como o professor dos anos iniciais lida com o racismo na sala de aula e a percepção dos alunos sobre o negro.

O motivo que nos leva a estudar o problema é que o racismo ainda está presente no cotidiano escolar, embora muitas vezes não seja percebido. As consequências que o racismo pode trazer para a autoestima da criança negra são desastrosas, podendo muitas vezes causar a sua evasão escolar. Como procedimentos de coleta de dados: serão solicitados ao aluno que desenhe uma pessoa negra e outra branca e que indique pontos negativos e positivos sobre os dois desenhos, será feita um questionário para traçar o perfil da turma, como cor e idade.

Solicitamos, assim, sua autorização para que o (a) aluno (a) participe da pesquisa, que será realizada na sala de aula com a permissão da professora.

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios e você não terá nenhum tipo de despesa ao autorizar sua participação nesta pesquisa. Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, espera-se que este estudo contribua para combater ou pelo menos diminuir os efeitos nocivos do racismo na escola, e a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados da (o) voluntária (o) serão identificados com um código, e não com o nome. Apenas a pesquisadora terá conhecimento dos dados, assegurando sua privacidade. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada e outra será fornecida a você.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para permitir sua participação nesta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, após a leitura e compreensão destas informações, entendo que a participação (nome do aluno) _____, sob minha responsabilidade, é voluntária, e que ele (a) pode sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Nome	Assinatura dos Pais ou Responsável	Data
------	------------------------------------	------

Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
------	---------------------------	------

Pesquisador contato: Ana Paula de Souza Silva. 993288470/email: anapauladfbr@gmail.com



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa de Monografia do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, que tem como objetivo analisar como o professor dos anos iniciais lida com o racismo na sala de aula.

O motivo que nos leva a estudar o problema é que o racismo ainda está presente no cotidiano escolar, embora muitas vezes não seja percebido. As consequências que o racismo pode trazer para a autoestima da criança negra são desastrosas, podendo muitas vezes causar a sua evasão escolar. O professor tendo consciência das atitudes de seus alunos pode contribuir para que o racismo seja superado logo cedo na escola. Como procedimentos de coleta de dados: será feita observação das aulas, entrevista semi-estruturada com a professora regente e será solicitado aos alunos que desenhe uma pessoa negra e outra branca.

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios e você não terá nenhum tipo de despesa ao autorizar sua participação nesta pesquisa. Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, espera-se que este estudo contribua para combater ou pelo menos diminuir os efeitos nocivos do racismo na escola, e a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados da (o) voluntária (o) serão identificados com um código, e não com o nome. Apenas a pesquisadora da pesquisa terá conhecimento dos dados, assegurando sua privacidade. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada e outra será fornecida a você.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para permitir sua participação nesta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome	Assinatura do Participante	Data
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data

Pesquisador contato: Ana Paula de Souza Silva. 993288470/email: anapauladfbr@gmail.com